

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO  
DE HISTÓRIA

GUILHERME RODRIGUES

ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: UM ESTUDO SOBRE AS CONGADAS DA  
LAPA-PR

PONTA GROSSA  
2021

GUILHERME RODRIGUES

ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: UM ESTUDO SOBRE AS CONGADAS DA  
LAPA-PR

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Maura Regina Petruski.

PONTA GROSSA  
2021

R696 Rodrigues, Guilherme  
Entre o visível e o invisível: um estudo sobre as congadas da Lapa-PR /  
Guilherme Rodrigues, Ponta Grossa, 2021.  
93 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de  
Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maura Regina Petruski.

1. Congada. 2. Educação patrimonial. 3. História cultural. 4. História oral. 5.  
Lapa. I. Petruski, Maura Regina. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
Ensino de História. III. T.

CDD: 981.62



**PROFHISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade  
Estadual de  
Ponta Grossa

## TERMO DE APROVAÇÃO

**GUILHERME RODRIGUES**

### **ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: UM ESTUDO SOBRE AS CONGADAS DA LAPA-PR**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 29 de abril de 2021, pela seguinte banca examinadora:

Prof.ª. Dr.ª. Silvana Maura Batista de Carvalho (UEPG)

Prof.ª. Dr.ª. Andréa Mazurok Schactae (IFPR/UEPG)

Ponta Grossa, 29 de abril de 2021.

Dedico à minha companheira, Ana Carolina, e aos meus pais, Márcio e Giane.

## AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Silvana Maura Baptista de Carvalho, a contribuição, paciência e dedicação com seus conhecimentos e sugestões nesta dissertação.

À Ana Carolina da Silva Moreira, companheira, que sempre me apoiou e incentivou para a conclusão deste mestrado e engrandecimento pessoal com muito amor.

Aos meus pais, Márcio e Giane, que me ajudaram com tantas viagens para a cidade da Lapa-PR para coleta de informações da pesquisa.

À minha orientadora Maura Regina Petruski, a atenção, carinho e cuidado neste trabalho.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

É assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e é o que ele se tornará. A consequência de uma única história é que ela rouba das pessoas sua dignidade. Enfatiza o quanto somos diferentes, ao invés do quanto somos semelhantes.

(Chimamanda Ngozi Adichie)

RODRIGUES, Guilherme. **Entre o visível e o invisível: um estudo sobre as Congadas na Lapa-PR**. Orientadora: Silvana Maura Batista de Carvalho. Ponta Grossa, 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo contribuir para a construção de um novo olhar sobre as Congadas da cidade da Lapa-PR, reconhecendo-as como parte integrante do Patrimônio Cultural lapeano. Para tanto, fez-se uma revisão bibliográfica sobre história cultural, educação patrimonial e história oral para elaborar uma narrativa contando com relatos de moradores locais, de participantes da Congada e de pessoas ligadas direta ou indiretamente às congadas. Ao fazer isto proponho uma discussão sobre como a sociedade paranaense foi formada e quais elementos lhe são recorrentes. Faz-se um diálogo com fontes relacionadas à identidade com Stuart Hall e invenções de práticas e cotidianos com Hobsbawn, além de dialogar com Pollack sobre a seleção de memórias. Propõe-se também fazer um estudo sobre a sala de aula e como pode-se trabalhar as congadas em Ensino de História, a fim de ter uma educação patrimonial com maior ênfase no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula. Desconstruo elementos de patrimônios e dialogo com as normativas para a mudança do olhar referente a patrimônio imaterial, indo além da pedra e cal, assim como o uso da história oral para o ofício do historiador. Como resultado, proponho a produção de um roteiro alternativo para a visita da cidade da Lapa, contendo novos olhares sobre elementos que hoje são “invisíveis” aos turistas, contribuindo para um novo olhar sobre as manifestações culturais presentes na cidade. Proponho também a elaboração de ebook, contendo além do roteiro alternativo, informações sobre as congadas e a cultura afro no estado do Paraná, tendo como finalidade subsidiar o trabalho dos professores no ensino de História.

**Palavras-chave:** Congada; Educação Patrimonial; História Cultural; História Oral; Lapa.

RODRIGUES, Guilherme. **Between the visible and the invisible: a study about Congadas in Lapa-PR**. Mentor: Silvana Maura Batista de Carvalho. Ponta Grossa, 2021. Thesis (Professional Master's in History Teaching) - State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

### **ABSTRACT**

This work aims to contribute to the construction of a new perspective on the Congadas in the city of Lapa - PR, recognizing them as an integral part of the Lapean cultural heritage. For this purpose, a bibliographic review was made on cultural history, heritage education and oral history as a methodological option, to elaborate a narrative with reports from local residents, participants and people directly or indirectly linked to Congadas. There is a discussion about the formation of Paraná society and its identity elements, in dialogue with sources related to cultural identity with Stuart Hall, inventions of practices and daily life with Hobsbawn, in addition to dialogue with Pollack about the selection of memories. In this context, a reflection on cultural heritage is presented, teaching History and heritage education. Based on the reconstruction of the history and the importance of the Congadas, reworked from the memory of its participants, and from the recognition as a part of the cultural heritage from Lapa-Pr, a material and immaterial cultural asset, it is proposed among the countless possibilities of didactic and/ or paradidactic work, the production of an alternative itinerary to visit the city of Lapa, containing new perspectives on elements about the black presence in history and Lapean society, which today are "invisible", contributing to a new view at the cultural manifestations present in the city, as well as the elaboration of an e-book containing, in addition to the alternative script, information about Congadas and Afro culture in the state of Paraná, with the purpose of subsidizing the work of teachers in the history teaching and others agents in the patrimonial education work.

**Keywords:** Congada. Lapa. Cultural History. Patrimonial Education. Oral History.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Mapa do Paraná com destaque da cidade da Lapa ..... 45
- Figura 2** – Comunidades Remanescentes Quilombolas da região da Lapa ..... 51

## LISTA DE FOTOGRAFIA

<b>Fotografia 1</b> – Apresentação da Congada Ferreira na cidade de Lapa em 26/12/2018 .....	64
<b>Fotografia 2</b> – Apresentação da Congada Ferreira na cidade de Lapa em 26/12/2018, representação dos fidalgos do Rei do Congo .....	65
<b>Fotografia 3</b> – Início do auto Cena 1 – Congada Ferreira, cidade de Lapa, em 26/12/2018.....	69
<b>Fotografia 4</b> – Início do auto Cena 1 – Congada Ferreira, cidade de Lapa, em 26/12/2018.....	70

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EMATER	Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ICOMOS	International Council of Monuments and Sites
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PML	Prefeitura Municipal da Lapa
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO CULTURAL, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....</b>	<b>21</b>
1.1 CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL .....	21
1.2 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL OU TANGÍVEL E INTANGÍVEL .....	25
1.3 CONCEITUAÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL.....	29
1.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA .....	31
<b>CAPÍTULO 2 – PARANÁ: CONSTRUÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS PREDOMINANTES NA FORMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE .....</b>	<b>38</b>
2.1 O PARANÁ .....	38
2.2 A PRESENÇA E A CULTURA NEGRA NA FORMAÇÃO DO ESTADO E IDENTIDADE PARANAENSE .....	39
2.3 O MOVIMENTO PARANISTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PARANAENSE .....	42
2.4 A CIDADE DA LAPA-PR: DE POVOADO À CIDADE.....	45
2.5 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA CIDADE DA LAPA .....	50
<b>CAPÍTULO 3 – MANIFESTAÇÃO CULTURAL CONGADAS: ORIGEM, CONCEITOS E ESPECIFICIDADES .....</b>	<b>54</b>
3.1 O QUE SÃO CONGADAS?.....	54
3.2 CONGADA FERREIRA, A CONGADA DA CIDADE DA LAPA-PR.....	59
3.2 TUDO TERMINA EM FESTA.....	68
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

Em uma visita à cidade da Lapa no Paraná em que fui conhecer os centros históricos, edificações tombadas do tão lembrado episódio do “Cercos da Lapa” (que trabalho em sala, pois, compõe a matriz curricular do Estado do Paraná, referente ao oitavo ano), fiquei surpreso não pela quantidade de lugares tombados ou pela história emocionante e bem contada pela guia do museu, mas por algumas informações que obtive ao longo de minha visita que chamaram a atenção. É claro que devido ao meu olhar aguçado de historiador em tentar ver o que não é visível e perceber o que não é pretendido, saí com mais perguntas do que respostas. A surpresa em si é sobre as comunidades negras que sempre foram lembradas como mãos de obra, criminosos ou escravos. As menções aos negros nos espaços museais eram sempre relacionadas com objetos referentes à escravidão ou à fuga, prisão, crimes etc., que inclusive na visita à “casa de armas”, local que abriga uma coleção de peças da Segunda Guerra Mundial, é possível ouvir dos guias falas como: “aqui ficavam os escravos que fugiam...”, “nesta ala prendiam os escravos à noite para que não houvesse fugas”, “muitos criminosos negros ficaram aqui”. Estas falas me incomodaram e geraram questionamentos, tal como: onde estão os negros locais que são lembrados de maneira pejorativa durante as visitas nos espaços históricos?

Chegando em casa e terminando a visita com os alunos fui pesquisar para saber mais sobre estas comunidades negras, se ainda estavam na cidade ou se haviam partido e porque haviam partido. E com surpresa encontro várias informações sobre a cultura negra local, conflituosas e um pouco perdidas, mas que apontavam dois pontos muito importantes: 1) o município da cidade da Lapa possui três Comunidades Remanescentes Quilombolas; 2) a Congada da Lapa acontece de maneira anual (depois descoberto que se chamava Congada da Família Ferreira), uma manifestação cultural religiosa que surge do sincretismo religioso entre matrizes africanas e a Igreja Católica. Mas, então, se há uma presença negra na região, comprovada pelas comunidades remanescentes quilombolas (Feixo, Restinga e Boa Esperança) e há uma manifestação cultural afro, por que não aparecem nas visitas do centro histórico? Por que elas não são lembradas por estes elementos em vez da mão de obra escravista? Qual é o critério utilizado para construir um roteiro de visita e de valorização unilateral cultural? Tais perguntas poderiam ser rapidamente respondidas analisando brevemente a formação da nossa identidade

nacional e como o negro, ao longo da história brasileira, foi excluído de todos os espaços em que tentava ocupar e que raramente aparece como agente formador de nossa sociedade. Entretanto, eu precisava ir além, precisava conseguir responder estas perguntas de maneira satisfatória para mim mesmo e levar informações para a sala de aula, espaço em que havia surgido tais questionamentos.

Neste sentido, no ano de 2018 ingressei no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa, para conseguir construir uma linha de pensamento que respondesse meus questionamentos e, ao mesmo tempo, pudesse contribuir para qualidade de minhas aulas, enquanto professor. Contribuições estas que me ajudariam tanto sobre o conteúdo da Lapa, quanto da presença africana no Brasil. Assim, me debruço neste tema e começo minha investigação. Primeiro defini meu objeto de estudo, a Congada, e em seguida fiz um levantamento prévio sobre informações referentes a ela. Ao fazer isto, minha curiosidade histórica sobre este festejo crescia cada vez mais. Logo, foi preciso assistir pessoalmente uma apresentação. Procurei informações no site da prefeitura da cidade e na agenda cultural local não encontrei nada, então liguei na Secretaria de Cultura e Turismo buscando informações sobre a realização da festa, e para minha surpresa sou informado de que quem tinha informações sobre a Congada e sua realização era a Paróquia da cidade, pois, era ela quem a fazia. Esta informação me chamou muito a atenção, apesar de saber do sincretismo religioso que a congada possui, eu acreditava ser uma realização muito mais cultural do que religiosa. Liguei na paróquia em busca de informações e me confirmaram, a igreja encomenda a congada com o grupo que a faz, para todo dia 26 de dezembro, e em 2018 aconteceria normalmente.

Aos poucos o trabalho de campo avançava, consegui informações, descobri quando se realizaria e agora era “só” assistir. No dia 26 de dezembro de 2018 acompanhei o auto, e antes de iniciar, a liderança do grupo da congada pegou o microfone e pediu desculpas primeiramente pelo grupo não estar completo, pois, muitos integrantes trabalham nesta data e as empresas não deram liberação para realizar o espetáculo. Uma luz vermelha acende em minha cabeça e opa! Problemas. O líder da congada continua, pede a segunda desculpa por não realizar a congada no Santuário de São Benedito, como era de costume. E ainda se desculpa pelo calor e pelo sol, e que a prefeitura acabou ajudando, montando arquibancadas com coberturas para amenizar o calor.

A apresentação aconteceu e saí com mais dúvidas sobre a apresentação do que quando entrei, mas parecia ser o único, a cidade aplaudia bastante, e que inclusive as ruas estavam lotadas, parecia que a cidade inteira tinha ido ver a apresentação. Ao final, o líder esgotado, cansado, começa a desmontar os equipamentos e trocar algumas vestes, dá uma entrevista para a rádio e eu consigo uma aproximação. Logo de início atencioso, elogio a apresentação e pergunto se poderíamos marcar algum horário para conversarmos mais sobre a congada e se era possível ele contribuir para minha pesquisa, expliquei que a congada era meu objeto de estudo no mestrado. De imediato ele concordou salientando que poderia apenas aos finais de semana, porque trabalha muito e tem poucos dias de folga. Assim, me encantava ainda mais tanto pelo objeto quanto pela organização, realização e dedicação que o grupo tinha para as peças, e que acabou comprovada nas entrevistas que é possível encontrar nesta dissertação. Esta pesquisa foi fruto de muitas idas e vindas para a Lapa, muitas conversas, bate-papos com organizadores, pároco e órgãos públicos, cada informação eu desconstruía em sala de aula, pontos que foram levantados durante a visitação, compartilhava com meus alunos o progresso da pesquisa. Esta dissertação foi escrita (e muito) dentro da escola, literalmente, em horas atividades, tempos de janelas, e é uma pesquisa compartilhada, uma vez que sem meus alunos ela não sairia. Acredito que o trabalho deve ser compartilhado, deve ser enriquecedor e fazê-lo me ajudou a olhar com outros olhos e a preparar minhas aulas com outros pontos de vista. A organização desta dissertação será apresentada a seguir.

O presente trabalho discute a participação do negro na história da sociedade lapeana, nos espaços urbanos, e principalmente naqueles que envolvem a questão de patrimônio, seja este material ou imaterial; e tem como objetivo discutir aspectos da formação da sociedade paranaense, na identidade brasileira, com um perfil que não engloba o negro em seu discurso. Adota-se o conceito de patrimônio vinculado com a questão de pertencimento, logo pode ser transmitido, construído e valorizado.

Também trata da presença das culturas negras na cidade da Lapa-PR, apontando a falta de preservação e de valorização de elementos identitários do negro; ainda debate sobre o aparecimento de tais elementos na formação inicial da sociedade brasileira. Para uma análise mais detalhada, utilizei como fontes de pesquisa visitação in loco, consulta ao roteiro de visitação do espaço museal da Lapa e aos sites da Prefeitura Municipal da Lapa (PML) e do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entrevistas com a representante do IPHAN na Lapa e com moradores da cidade da Lapa-PR, em especial com aqueles que participam das Congadas, direta e indiretamente, visando à coleta de dados sobre o elemento da identidade local.

Com relação à invisibilidade de determinadas culturas que compõem a sociedade brasileira, surgem algumas inquietações, como as propostas levantadas por Circe Bittencourt (2008, p. 277) ao dizer que:

[...] Entre nós, tem-se sedimentado a ideia de que somos 'um país sem memória', mas cabe questionar qual memória tem sido esquecida e como resgatar um passado que possa contribuir para atender às reivindicações de parcelas consideráveis da população às quais tem sido negado o 'direito à memória'.

O interesse por esta área de pesquisa partiu primeiramente pelo meu olhar de historiador ao fazer uma visita ao espaço museal da cidade e encontrar alguns discursos oficiais englobando parte da sociedade lapeana, mas sem referências à participação dos negros. Logo, questionei o motivo dos negros serem lembrados como escravos, mas não como povos formadores da sociedade brasileira, paranaense e/ou lapeana.

Assim, com este trabalho busco mostrar a presença negra na sociedade lapeana, bem como discutir e trabalhar elementos das culturas negras, como é o caso da Congada, manifestação cultural e religiosa que acontece na cidade da Lapa, Paraná, há 200 (duzentos) anos. Em minha pesquisa entrevistei participantes diretos da Congada da Família Ferreira (forma como os integrantes do grupo se denominam) para tentar entender mais como se dá esta manifestação e como acontece o reconhecimento local.

Para concluir esta abordagem, proponho a elaboração de um material paradidático relacionado à cultura afro no Paraná e sobre a Congada, com o propósito de colocar à disposição um recurso pronto para que professores possam trabalhar a história do estado sob um enfoque diferente, englobando a presença negra não como mero trabalhador escravo, mas como um agente ativo da sociedade.

Para isto, apresento um trabalho dividido em três capítulos. O primeiro capítulo é sobre patrimônio, principalmente o que é um Patrimônio Cultural, a importância da preservação por meio de uma identificação, valorização, pertencimento, baseados nos conceitos discutidos por Johanssen (2019). Saliento que todo grupo social possui

uma cultura e em suas atividades produz bens culturais materiais e imateriais. Nesta produção está presente a ideia de pertencimento e significação, podendo ser transmitida de geração em geração em diferentes níveis e significados como em âmbito local, regional, nacional e internacional. Ainda no primeiro capítulo destaco o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na diversidade nacional e internacional, como pode ser descrito o processo de identificação cultural de um certo público, povo ou nação e as dificuldades para esta valorização. Com isto, ressalta-se como aspectos econômicos e políticos podem envolver estas decisões e como são defendidos o patrimônio e a cultura como bens e que devem sempre ser plurais. Também abordo sobre Patrimônio Material e Imaterial, Tangível ou Intangível, valorização do patrimônio e como as concepções de cultura sofrem mudanças com a contribuição de elementos da Antropologia e da Sociologia. Apresento informações sobre a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003<sup>1</sup>, a fim de estabelecer parâmetros no que diz respeito à valorização de todas as culturas presentes em uma nação, a concepção plural de cultura, como garantias de proteção, manutenção e recriação do Patrimônio Cultural Imaterial, enriquecendo a diversidade cultural e a criatividade humana. Discuto acerca da Declaração de Quebec (2008), com a iniciativa de valorização mundial do Patrimônio Cultural, bem como o International Council of Monuments and Sites (ICOMOS) para construir uma teoria, uma metodologia e uma tecnologia aplicadas às conservações de patrimônios pelo mundo. Para finalizar o primeiro capítulo, trato sobre o conceito de identidade cultural baseado em Stuart Hall (2008), como referência das análises sobre identidades e como elas interagem dentro de uma sociedade. Para Hall, tanto a valorização quanto a identidade estão ligadas às práticas sociais. Assim, ainda discuto sobre a Educação Patrimonial para que haja inicialmente a informação, a construção de uma importância, uma identificação e para que, posteriormente, aconteça a valorização e preservação cultural. A importância da Educação Patrimonial se dá além das quatro paredes impostas pela sala de aula, e relativiza que a educação só pode acontecer de maneira tradicional e conservadora. A Educação Patrimonial se fez uma importante aliada para uma valorização na

---

<sup>1</sup> Convenção que aconteceu em Paris em 2003, junto com a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em sua 32ª edição. Tinha como objetivo discutir novas alternativas para construir uma estratégia de mudanças para a salvaguarda de patrimônios imateriais pelo mundo. Contribuíram também para reforçar a ideia da amplitude da noção de patrimônio.

perspectiva museal enquanto se trabalha com patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais, além disso, leva à possibilidade de uma educação transformadora para outras pessoas que não sejam apenas os alunos regulares. Assim, é possível construir um ensino de história muito mais flexível e com maiores perspectivas. É importante um historiador estar atento às novas formas de se ensinar história para que seus alunos consigam um maior interesse sobre os mais variados assuntos. Quanto ao trabalho com as fontes, utilizo da história oral para conseguir acessar as memórias dos envolvidos nas congadas, procurando compreender qual o significado da congada para sua vida e suas perspectivas futuras e relações culturais que possam ser estabelecidas. O uso da história oral consegue dar voz e vida aos envolvidos (PORTELLI, 1996, p. 1). Desta forma, a sua escolha se pareceu natural ao pensar na possibilidade de acessar estas lembranças da congada e construir uma linha de pensamentos e informações a respeito da Congada da Família Ferreira e sua consolidação na cidade ao longo dos duzentos anos. Estas entrevistas aconteceram de maneira individual, marcada previamente com a pessoa, para que pudéssemos ter mais tempo para conversarmos. Entretanto, algumas pessoas entrevistadas nesta pesquisa tiveram que dar seus relatos de maneira virtual, devido à pandemia do Covid-19 que assolou o Brasil em 2020. Foram entrevistadas algumas lideranças da Congada, participantes, representantes dos órgãos públicos como o IPHAN, representante da paróquia da cidade e um agente cultural local, o qual realizou alguns trabalhos com a congada. O intuito destas entrevistas diversificadas foi dar voz e visibilidade, assim como analisar ambos os olhares, os diversos pontos de vista de um mesmo objeto de estudo. Por questões éticas, não identifico o nome dos entrevistados, para tanto nomeio-os com siglas, indo de A até D.

No segundo capítulo, busco a contextualização do objeto da pesquisa, trazendo a formação do Paraná, bem como da presença negra no estado, pois, o estado se configura como uma região escravista de negros africanos e a partir desta afirmação se questiona: mas afinal, onde está este povo? Onde estão presentes as culturas negras? Se há comunidades quilombolas na região da cidade da Lapa e em outras localidades do Paraná é sinal que havia negros. Contudo, eles não aparecem quando se discute identidade do povo paranaense, história do Paraná, primeiros habitantes ou primeiras vilas, fato denominado, neste trabalho, de “invisibilidade simbólica”, a qual está presente também na formação da sociedade brasileira e criação de uma identidade nacional no início da República Brasileira (1889). Isto

ocorre na formação da identidade paranaense com o movimento paranista e seus reflexos sobre todo o território, incluindo a cidade da Lapa. Na sequência, apresento dados oficiais referentes à formação da cidade da Lapa e aos acontecimentos políticos que marcaram a história e o Patrimônio Cultural preservado no espaço museal da cidade. Também demonstro a existência das comunidades quilombolas na região e como elas tanto visual quanto socialmente estão localizadas à margem do município e da sociedade lapaense, comprovando presença negra na região.

No terceiro capítulo trato sobre o conceito de Congada para a bibliografia oficial, assim como apresento a visão deste conceito de um negro morador da cidade da Lapa. A congada é uma manifestação cultural, fruto de um sincretismo religioso, mesclando a religião católica com as religiões africanas. Abordo o motivo destas manifestações sincréticas e como estas se constituem em solo brasileiro, com diversas mudanças de olhares e perspectivas. Além disso, mostro diversas visões sobre os espaços públicos dentro de uma mesma sociedade, as manifestações culturais e religiosas, valorização, incentivo, entre outros aspectos. Também trato da formação da Congada na cidade da Lapa e o envolvimento da família Ferreira e seus esforços para manter viva esta manifestação cultural/religiosa, por meio dos relatos de envolvidos diretamente na realização da Congada e com indivíduos da comunidade local e o pouco envolvimento das comunidades Quilombolas da região na Congada Ferreira. No que se trata de preservação do Patrimônio Cultural por meio de uma Educação Patrimonial, finalizando este capítulo, apresento a proposta de um estudo sobre A história do Paraná – as congadas.

Este trabalho, fruto de muito estudo e aprendizado, representa uma contribuição sobre o Patrimônio Cultural da Lapa e aborda uma temática para novos trabalhos de pesquisa sobre a história local/regional e patrimônio cultural.

## **CAPÍTULO 1 – PATRIMÔNIO CULTURAL, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

### **1.1 CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL**

Quando se refere a patrimônio, trata-se de conceito relacionado a bens, pertencimento ou mesmo propriedade. A etimologia da palavra carrega tais significados, assim como heranças paternas ou posse. Também se relaciona com a concepção econômica inclusa ao termo (patrimônio), que se estende ao privado e não ao coletivo. Entretanto, é perceptível que a concepção desta palavra pode ser vista como conjunto de bens, materiais ou não, que pode ser compartilhado, que seja coletivo e que esteja passível de apreciação. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade cultural, possuindo um bem material e/ou imaterial, que acaba concebendo como um patrimônio, noção de pertencimento e significação. Assim, prende-se a ideia deste conceito com a noção de herança, fruto que pode ser transmitido de geração para geração.

Ele pode ser dividido em diversas áreas como cultural, material, imaterial, nacional, da humanidade, entre outros, e todos respeitam um caráter intencional. O Patrimônio Nacional, por exemplo, relaciona-se com a construção de uma identidade que serve para a criação de pertencimento entre nação e o indivíduo morador, cidadão. Patrimônio, então, pode ser entendido como uma ideia de um bem coletivo nacional, regional, mundial, ligando-se ao conceito de humanidade e que representa algum valor para determinado povo (ABREU, 2003, p. 32).

Como afirma Johansen (2019), com isto vem a ideia de preservação, para que este bem possa perdurar ao longo dos tempos. Indo em direção a esta questão da transmissão como herança, a mesma autora assevera que patrimônio pode assumir um caráter de continuidade (material) e a transmissão (imaterial) de algo valioso, que possui seu valor com a variante de quem recebe ou doa, ou seja, esta transmissão é dotada de algum significado que possa ser utilizado como de um caráter econômico, religioso, artístico, entre outros.

Assim, as transmissões de patrimônios assumem dentro de sociedades posse de bem coletivo ou individual a serem preservados, que são compartilhados por pessoas que possuam os mesmos valores ou que atribuam as mesmas importâncias, ou seja, que se identifiquem. O que dá sentido a uma herança são seus conjuntos de significados que são atribuídos, como comenta Martins (2006, p. 39), imprimindo

marcas que são essenciais para as identificações patrimoniais. Desta forma nasce uma identificação social com a noção de pertencimento que se configura como patrimônios culturais de um determinado grupo, sociedade, região, entre outras.

O Patrimônio Cultural também reúne histórias e significados, moldando a sociedade ou o espaço em que está presente, dando significação de existência com toques de peculiaridades, identidades. Atendo-se às relações do homem com o meio, percebe-se uma abrangência do conceito de Patrimônio Cultural, o qual deve ser desvinculado da ideia de um “discurso patrimonial exclusivamente aos grandes monumentos arquitetônicos, expressivos de fatos importantes de um povo ou nação” (JOHANSEN, 2019) e que se tornaram discursos legitimadores de elites ao longo do tempo. Portanto, relaciona-se este tipo, numa visão histórica, como “conjunto de bens culturais que incorporou as dimensões testemunhais do cotidiano, referente às diferentes identidades componentes da sociedade estudada, expressa em diversos suportes, não necessariamente apenas nos arquitetônicos (JOHANSEN, 2019, p. 40).

Já o conceito antropológico, para Aguirre (1997), estabelece uma relação de reciprocidade, mais para equivalência, com a cultura, quando se propõe que patrimônio e cultura são análogos. Uma concepção um tanto quanto globalizante que se encontra como um fator histórico, de produção cultural, pertencimento e reconhecimento. Porém, uma cultura não pode ser reduzida culturalmente apenas a seus bens patrimoniais. As relações e contribuições vão muito além. Então, no conceito de Patrimônio Cultural há uma gama de significações e que a todo momento está sofrendo transformações.

O significado de patrimônio pode ser entendido ainda como uma busca constante de preservação e sobrevivência, tanto no espaço geográfico quanto no artístico, imaterial, intelectual, sendo de suma importância tanto para as civilizações mundiais quanto para as comunidades regionais. Na referida concepção, ele é fruto da sociedade que o produz ou que o reconhece, mas nem sempre da coletividade, sendo, algumas vezes, produto de contextos econômicos, políticos ou culturais, que influenciam diretamente em construções de discursos, práticas, ideias que vão falar por todos, privilegiando classes ou grupos de pessoas. Já a noção de cultura inclui hábitos, costumes, tradições, crenças, realizações materiais e imateriais da vida em sociedade (ABREU, 2003 p. 33).

O conceito de Patrimônio Cultural deve criar uma ideia de representatividade coletiva que possa ser identificada por uma parcela local que a representa, sejam estes bens materiais ou imateriais, dando voz e representatividade a todas as parcelas pertencentes a determinadas sociedades, regiões, etnias, entre outras. Nesta linha da valorização das expressões culturais multifacetadas, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2006, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirma que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade e que deve ser preservada, pois, a diversidade cultural constrói um patrimônio comum da humanidade. A variação cultural estabelece um mundo mais rico culturalmente, porque todas as sociedades podem contribuir para a formação de valores humanos. Além disto, esta convenção lembrou que com democracia cultural estabelecida, os povos conseguem maior respeito, sendo importante força motriz para a paz mundial entre povos, nações e comunidades. Informa também:

Considerando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como, nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade [...] (UNESCO, 2006).

Enfatiza-se, assim, a importância da cultura para a preservação dos diversos povos formadores de uma sociedade plural e como um importante fator para uma coesão social em geral, com garantias de livre circulação de ideias, com trocas constantes de interações sociais culturais.

Na Convenção da UNESCO (2006), no Artigo 2 – Princípios diretores – o ponto 7 prescreve que é preciso garantir

[...] acesso equitativo a uma rica e diversificada gama de expressões culturais provenientes de todo o mundo e o acesso das culturas aos meios de expressão e de difusão constituem importantes elementos para a valorização da diversidade cultural e o incentivo ao entendimento mútuo [...].

Desta maneira, é possível construir valorização por igual de todos os elementos culturais de uma sociedade, não exaltando e nem permitindo sobressair uma pela outra. Esta é uma das finalidades da Convenção: promover um mundo cultural múltiplo em seus diferentes processos formadores e com muitas diversidades.

Mas, é possível questionar quais patrimônios culturais são importantes para uma sociedade? Isto depende do valor que o bem patrimonial exerce sobre aquela comunidade. São as sociedades envolvidas no processo de aculturação do bem que devem eleger se há ou não valor para elas. Esta autonomia é muito importante para a preservação e a partir dela é que são escolhidos os que têm ou não valor para si.

Assim, mostra-se que é muito pouco provável que todos os membros de uma sociedade se identifiquem com todos os elementos alavancados como patrimônios culturais daquela sociedade, o que não significa que não possua valor.

Hoje mais do que nunca é preciso ressignificar espaços públicos e procurar transformar novas formas de olhar o mundo, com uma perspectiva plural e que englobe o maior número de olhares possíveis.

A sala de aula é o ambiente perfeito para esta mudança, pois, são nas escolas que o mundo acontece, que as crianças socializam, que elas amadurecem e acabam percebendo novos pontos de vista a partir de elementos que jamais imaginaram.

Apesar de, na atualidade as relações de poder e as dinâmicas sociais estabelecerem padrões a serem seguidos, temáticas como diversidade cultural, reconhecimento, pluralidade e diferença passam a compor novos vocabulários institucionais (SILVA, 2016, p. 467), reconhecendo assim a necessidade de discutir novos olhares devido a novas necessidades. É claro que estes padrões são conquistados através de muitas lutas e mobilizações de movimentos sociais que passaram a lutar para se inserirem como agentes formadores e atuantes da sociedade, entregando assim garantias de uma democratização sociocultural.

Quando falamos em educação moderna, nos referimos a toda esta odisséia de mudanças que a educação acompanhou ao longo tempo. Como o ensino de história não é uma ilha que flutua inerte de todas as influências, ela acabou sendo atingida em cheio também pelas novas perspectivas de ensino, como parcerias interdisciplinares, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), componentes curriculares, novas formas de se ensinar história. Estes olhares diferenciados são importantes para reforçar cada vez mais que o professor é sempre um profissional inacabado e que necessita estar se atualizando constantemente. É de conhecimento de todos, as dificuldades e desafios que uma sala de aula hoje enfrenta, seja em estrutura, alunos, aulas etc., mas é preciso este olhar cuidadoso para lançar mão de uma nova expectativa de ensino de história.

Partindo do pressuposto que a escola moderna surge com o intuito de formar cidadãos, como lembra Norbert Elias (2011), que o processo civilizador moderno foi transferido para um domínio das pulsões humanas, a escola necessita cumprir um papel social com seu aluno, precisa encontrar respostas para os problemas em que a sociedade está inserida e que estes problemas possam, ao passar do tempo, ser resolvidos ou sanados. Assim como para a proposta de Elias precisaria que o indivíduo passasse por um processo civilizatório formador e sistemático, escolarizar o indivíduo o tornaria cidadão.

## 1.2 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL OU TANGÍVEL E INTANGÍVEL

Ao fim do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as tensões no mundo se atenuaram. Houve, então, a criação da UNESCO na década de 1940, como uma tentativa de quebrar com as disputas nacionais entre os países. Com ela houve a intenção de universalizar a concepção de patrimônio da humanidade com a criação de mecanismos que possam interligar várias culturas mundiais e colocar importâncias e suas perspectivas para uma tentativa de valorização cultural, evitando que as ideologias racistas se espalhassem no pós-guerra (ABREU, 2003, p. 32).

Como consequência ocorreu uma mudança na concepção tanto de cultura quanto de bens patrimoniais, uma vez que ampliou o que se pode compreender por patrimônio. Passou-se a contemplar as diversidades culturais, surgindo noções de bens culturais materiais e imateriais. “A noção de cultura incluía hábitos, costumes, tradições, crenças; enfim, um acervo de realizações materiais e imateriais da vida em sociedade [...]” (ABREU, 2003, p. 33). Deste modo, percebe-se que com a ampliação da noção de cultura, com a ideia de Patrimônio Material e Imaterial, pluralizou-se a diversidade cultural, construindo a alteridade que há nos espaços urbanos que permanecem vivos ao longo dos anos, podendo ser refletido desde manifestações religiosas, músicas, danças, comidas, entre outras.

A mudança das concepções de cultura que se alia à antropologia serve para que se construa uma imagem de nação que valorize suas mais diversas culturas, das mais variadas formas. Neste sentido, os bens culturais devem refletir toda a diversidade que as formam. Busca-se invalidar a ideia de Patrimônio Cultural da nação como conjuntos urbanos edificados, imóveis e isolados e se aproxima de incluir também quaisquer manifestações que possam envolver a humanidade.

Com esta ampliação da noção de patrimônio é apresentada a concepção de patrimônio imaterial ou intangível, que por si só significa um grande repertório de bens, ou “coisas”, as quais se atribuiu excepcional valor cultural (FONSECA, 2003, p. 64). Este patrimônio imaterial retém um significado mais transitório que não se materializa em produtos duráveis, mas que permanece vivo por meio de uma transmissão entre gerações. São hábitos que se repetem e que possuem uma ideia totalmente característica por detrás de suas manifestações, como se fossem codificadas pela tradição e funcionam como sinais distintos entre membros do grupo, cujo valor para sua sociedade não tem preço.

Neste sentido de preservação e de importância destes bens culturais imateriais, a ideia de prática social (FONSECA, 2003, p. 67) é a mais utilizada para que se atribua grande valor. Incorporado pela antropologia e pela sociologia, este conceito implica num processo de interpretação de cultura, como produção não apenas material em um sentido simbólico, por exemplo, a ideia de identidade de alguma nação, fatos que simbolizam muito para determinado país, ou mesmo manifestações religiosas, lendas, mitos, ritos, saberes e técnicas.

Sobre o conceito de Patrimônio Cultural imaterial ou intangível, a UNESCO se refere a um

[...] conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o ‘saber-fazer’ dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais [...] (UNESCO,1993).

Deste modo, a UNESCO reconhece uma grande diversidade de elementos pertencentes aos conjuntos culturais imateriais ou intangíveis, a fim de ampliar o campo de estudos sobre o tema para que as discussões essenciais sobre identidades culturais estejam contemplando as diversidades existentes nas mais variadas manifestações existentes pelo país.

Segundo esta perspectiva de preservação e contemplação multifacetada de uma sociedade cultural, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, que aconteceu em Paris, a qual deu origem à UNESCO, colocou a importância dos patrimônios culturais imateriais como fonte de diversidade cultural que sobrevive ao longo dos anos. Para isto, por meio dela foram criados mecanismos

que podem, além de explicar a importância da preservação de bens imateriais, informar e pontuar quais são estes bens intangíveis, partindo desde receitas, músicas, folclore, contos, histórias, atos religiosos, entre outros, construindo uma sociedade plural e que contemple todos os espaços culturais, patrimônios locais, nacionais e mundiais.

Assim, com a Convenção da UNESCO de 2003, culturas como a dos indígenas tiveram suas tradições reconhecidas e com destaque de importâncias na produção cultural local e nacional, tendo como garantias sua proteção, manutenção e recriação do Patrimônio Cultural imaterial, enriquecendo a diversidade cultural e a criatividade humana. Além deste acordo com as manutenções, em 2003 a Convenção também trouxe a definição:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana [...]. (UNESCO, 2003, p. 4).

Percebe-se com isto a importância da manutenção de bens patrimoniais imateriais para interação mundial com as mais diversas culturas, podendo agregar identidades e continuidades, trazendo o respeito e diversidade existentes. A Convenção também abordou a variação da transmissão do bem imaterial, a qual, diferente do patrimônio edificado, material, que está fixo imóvel e não pode sofrer variações ao longo dos anos (a não ser para se deteriorar), está passivo de transformações, justamente devido ao seu caráter de transmissão de geração em geração. Hall (2003) comenta que algumas culturas, quando colocadas em outros países ou feitas por gerações muito mais novas, sofrem um processo de “hibridização” que, de certa forma se transforma, se renova e, principalmente, sobrevive.

Entende-se assim a complexidade das análises e discussões de bens culturais imateriais ou intangíveis. Com base nisto, a Convenção de 2003 da UNESCO tratou de listar os principais campos em que as manifestações culturais imateriais podem aparecer:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003).

Com isto pode-se notar a manifestação da criação humana como um fator de preocupação de preservação, tendo desde o próprio idioma a práticas relacionadas a tradições artesanais, como uma comida ou receitas, por exemplo.

Outra diferença do bem cultural material para o imaterial é a forma de preservação, por isso o termo utilizado Salvaguarda da Convenção. Estas são estratégias para tentar preservar e manter viva um bem cultural imaterial que não é tombado, mas registrado em uma Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, contendo explicações feitas por grupos envolvidos, os quais serão responsáveis por manter e transmitir este patrimônio para outras gerações.

Além da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, temos outro evento de destaque para contribuir em uma tentativa de preservação cultural imaterial, a Declaração de Quebec de 2008. A convite do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão não governamental, mundial, associada à UNESCO, com a finalidade de promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicada às conservações, proteções e valorizações dos monumentos, conjuntos e sítios, na Declaração de Quebec se promove o compromisso de proteger patrimônios tangíveis e intangíveis (materiais e imateriais), considerando uma das únicas formas inovadoras de assegurar o desenvolvimento sustentável e social no mundo inteiro.

Porém, para ICOMOS não é preciso apenas preservar o tangível, os lugares materiais, é preciso, ao mesmo tempo, focar os olhares para o intangível, para o imaterial, pois, segundo o documento, quando se visita lugares patrimoniais culturais materiais, não são apenas os monumentos ali jogados e postos, mas sim uma gama de sensações, memórias, narrativas, rituais, festas, valores, cores, odores (imaterial) que estão presentes. O material e o imaterial caminham lado a lado. Elementos físicos e espirituais dão sentido à visita, preservação e emoção. Então, “[...] em vez de separar o espírito do lugar, o intangível do tangível e considerá-los como antagônicos entre si, investigamos as muitas maneiras dos dois interagirem e se construírem mutuamente [...]” (ICOMOS, 2008, p. 2).

De tal modo, a Declaração de Quebec serve, além de elucidar a união do Patrimônio Material com o imaterial, como um pedido de proteção para organizações intergovernamentais e não governamentais, autoridades nacionais ou locais e todas as instituições e especialistas que possam contribuir por meio de legislações, políticas e processos de planejamento e gestão, para melhor proteger e promover o espírito do lugar.

### 1.3 CONCEITUAÇÃO DE IDENTIDADE CULTURAL

Para Hall (2008), cultura é “lugar de convergência” ou local, no qual os interesses acabam se convergindo ou dão sentido à existência, ao trabalho ou experiências; assumindo, também, caráter ordinário, ao ordenar significações que determinado grupo “A” dá a aspectos de sua existência. Assim, é preciso entender que cultura está presente com o sentimento de pertencimento, de identificação com algo. A partir desta relação o indivíduo está disposto a defendê-la, manifestá-la, entre outras ações, dando sentido à sua produção. De acordo com o mesmo autor, cultura está ligada tanto às ideias quanto às práticas sociais, pois, quando estas são manifestadas que ela começa a percorrer seu trajeto. Não obstante, ela não significa práticas, mas uma organização de elementos que compõem a sociedade e que acabam gerando um padrão, um modo das inter-relações humanas. É necessário haver identificação com os processos culturais, o que acaba transformando o reconhecimento em patrimônio e assume característica protecionista pelo bem.

Quando as relações acontecem em uma sociedade ou em um grupo, os indivíduos assumem uma identificação com elas e, a partir disso, dão sentidos às suas práticas sociais. Nesta perspectiva, para alguns culturalistas, a cultura é uma produção social gerada pela identificação do ordinário, cotidiano, com aquilo que causa tal reconhecimento, assim como o modo de relacionar uns com os outros também se faz presente neste processo.

Se para Hall (2008) a produção cultural é fruto da experiência humana, então é preciso que haja este diálogo entre o identificar-se com o fazer, gerando domínios vivenciados para o gosto pelo fazer. Os elementos patrimoniais culturais, sejam eles materiais, imateriais ou até mesmo de espírito (conceito do ICOMOS (2008), são coexistentes, porque eles significam e dão sentidos às práticas feitas no dia a dia de modo inerente.

Entretanto, identidade é um elemento que está passível de constante transformação, não sendo imutável ao longo do tempo, ou das sociedades, agentes, entre outros. Por este caráter, em algumas fases da vida identifica-se mais com alguns aspectos do que outros. A ideia de identidade cultural vai seguindo seu caminho com as mudanças sociais e acompanha tais transformações. A partir deste fenômeno social que Hall (2008) atribui à cultura o caráter de transformação, modificação e que permanece ao longo dos anos.

Como Johanssen (2019, p. 44) comenta “[...] a identidade é um processo de reconhecimento e de pertença, portanto, posicional e não uma carga genética fixada com o nascimento [...]”. Por isso, as pessoas acabam assumindo hábitos e costumes culturais, não porque nasceram em determinada cultura ou porque é imposto, mas por se reconhecerem e se sentirem bem com a forma de acolhimento. Como afirma Hall (1998), é construída uma “identificação”, visto que é um processo em andamento, em continuidade. Para ele, a ideia de identidade somente se torna uma questão quando está em contato com a experiência. É a partir dela que os elementos de identificação são acionados e começa a crise ou a aceitação.

Nesta perspectiva, a identidade é definida quando o indivíduo se encontra em contato com outras pessoas, pois, o meio em que se está inserido acaba influenciando esta identidade. A identidade será construída pela importância que se atribui a certas questões, é claro que vários fatores podem influenciar na construção da mesma, todavia, como assevera Hall (1998, p. 11) que “[...] mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava [...]”. Então, se ela é formada pela interação da sociedade com o indivíduo, é preciso que se construa uma ponte entre eles, em diálogo constante das opções com as identificações.

Entretanto, as sociedades estão em constantes transformações, mudanças, devido aos sujeitos “fragmentados”, como aponta Hall (1998), e a cultura ou sua produção cultural deve (ou deveria) acompanhar estas mudanças. Deste modo, a cultura está em constante transformação para que se possa vivenciá-la, assim como as práticas sociais que estão também em constante reformação.

Se as práticas sociais estão em constante mudança, questiona-se como criar elementos culturais que vão permanecer atemporais e como eles, ou bens patrimoniais culturais imateriais, conseguem ficar imóveis ao longo dos anos. Eles não permanecem imóveis, porque quando se fala de identidade e cultura são abordados elementos que estão em constante transformação, que modelam e estruturam as

questões importantes para a preservação cultural, que não ficam imóveis ao longo dos anos, mesmo seu eixo principal se concentrando imóvel.

Neste sentido, um dos maiores enfoques de produção de identidade ligado à questão cultural seria as culturas nacionais,

[...] ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas [...] (HALL, 1998, p. 55).

No processo de construção de identidade é necessário que ocorra uma identificação. A partir disso, é necessária a produção da narrativa essencial para que ocorra a transmissão de valores, costumes, práticas etc. para representar experiências compartilhadas, ligando e identificando as pessoas umas com as outras.

Portanto, relacionando-se a cultura com a identidade, auxiliadas pelos patrimônios nacionais culturais, temos uma construção de narrativa nacional, regional ou local. Os artifícios criados a partir da identificação com a valorização são usados para se perpetuar um discurso e com isso são criados os mitos fundadores, histórias oficiais, invenções das tradições (HOBBSAWM, 1943) para que se identifiquem com a nação, estado ou cidade e o defendam. Assim:

[...] se equilibra entre a tentação por retomar a glórias passadas [...] as culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’, quando a nação era ‘grande’ (HALL, 1998, p.56).

Ou seja, tenta-se restaurar identidades passadas, mas na relação cultura e identidade, bens culturais materiais e imateriais, na dinâmica social, permanecem os bens de pertencimento, reconhecidos pelos integrantes de uma sociedade e não apenas os grandes bens patrimoniais, impostos por uma política preservacionista da memória oficial das sociedades.

#### 1.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Como tratar sobre os bens patrimoniais em ensino de história? Há alguma forma de didatizar as experiências vivenciadas pelas sociedades e resguardadas por

meio dos bens culturais materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, do Patrimônio Cultural local, regional, nacional e/ou internacional?

Para isso, deve-se utilizar todas as ferramentas disponíveis para que ocorra uma Educação Patrimonial plural. Entretanto, ainda é complexo definir a abrangência da Educação Patrimonial, isto, pelo fato de que o campo teórico ainda é muito recente e que no seu processo de ensino e de aprendizagem se encontra como uma prática complementar à sala de aula e não baseada e defendida por currículos (DROPA, 2016, p. 74). Contudo, as ações educativas devem se pautar em favorecer que a comunidade se aproprie do que foi decidido como Patrimônio Cultural e passe a construir uma importância por detrás de seu conhecimento. Assim, a educação tem função de ponte do patrimônio, desde seu tombamento ou registro e aspectos históricos, até a construção da valorização do bem patrimonial, seja ele material ou imaterial.

Sobre esta análise da Educação Patrimonial, Dropa (2016, p. 73) comenta:

O interesse da preservação de determinado edifício ou manifestação cultural apresenta diferenças para os diversos campos. No campo econômico, em função da especulação imobiliária ou de mobilidade urbana, um prédio antigo é muitas vezes um transtorno, porém para a questão artística ele é um referencial de técnicas construtivas, mão de obra especializada etc. O patrimônio sempre é o mesmo, o que muda são as diferentes formas de vê-lo, bem como de protegê-lo, e essas formas devem ser pautadas na educação voltada à prática da preservação.

A abrangência de pontos a serem abordados por um único bem patrimonial em sala de aula é abundante, pode-se dialogar em várias áreas com vários enfoques, inclusive partindo do campo da necessidade da preservação de um bem cultural. Com isto, questiona-se por que é tão importante manter viva uma tradição. Perguntas como estas podem ser respondidas em sala de aula com uma aula baseada em Educação Patrimonial.

Contudo, o campo de atuação defendido em educação e patrimônio não são exclusivamente museus, danças, músicas, pedra e cal. Estes devem ir além. A Educação Patrimonial consegue fazer a ligação entre as concepções de identidades culturais estabelecidas pela relação com os bens patrimoniais, a partir do momento que se constrói um pertencimento afetivo, passando assim a gerar a identificação com um determinado bem cultural, e passar a observá-lo com importância. Contudo, este processo traz discussões acerca de preservação, importância, preocupação. O

professor é quem estabelece o rumo no processo de ensino e aprendizagem, por isso é uma figura fundamental na efetivação de uma Educação Patrimonial em sala de aula, pensando suas estratégias e ações para serem trabalhadas; analisando quais práticas e bens patrimoniais culturais, materiais ou não, podem fazer parte do cotidiano de seu aluno, para que muitas vezes não aconteça a falta de interesse com o que está muito distante de sua realidade. Assim, a prática educativa deve ser pensada e planejada.

Rossi (2003) comenta mais sobre a perspectiva da Educação Patrimonial no ensino de história:

Quando falamos sobre Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas, etc. Esta é a visão do senso comum, porém a ideia de Patrimônio é bem mais ampla, e inclui vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio. Dessa forma, devemos deixar bem claro que patrimônio não é necessariamente tudo aquilo que determinada sociedade considera significativo no presente, mas também o que foi importante no contexto do passado. Consequentemente, não é apenas o belo, o grandioso, o heroico. Também é o corriqueiro, o cotidiano, e o simples (p.109-114).

Encontra-se assim um significado interessante para Educação Patrimonial em sala de aula, não se precisa considerar apenas o belo e o grandioso, mas sim práticas comuns do dia a dia do aluno podem ser transformadoras, o aluno consegue se sentir parte de algo e isso pode ser compartilhado com os colegas.

Dropa (2016, p. 74) afirma que “[...] a participação só ocorrerá quando, para além dos valores estéticos e formais de um edifício, sejam fortalecidos os laços afetivos, sociais e simbólicos [...]”. Aproximando o aluno dos diálogos que um bem patrimonial tem a oferecer, a formação do “espírito do lugar”<sup>2</sup> se faz presente, porém agora com a formação educativa e a experimental, conseguindo contemplar uma das ideias educativas ‘freirianas’<sup>3</sup>, ao aluno se tornar protagonista de suas práticas, com uma perspectiva de educação emancipatória e libertadora.

Além disso, Dropa (2016, p. 54) faz um alerta

---

<sup>2</sup> Declaração de Quebec (2006).

<sup>3</sup> Paulo Freire discute a educação libertadora, onde o aluno é emancipado para pensar sozinho a partir de práticas e vivências que ele adquire ao longo da vida. O aluno sempre deve ser estimulado a pensar por si mesmo, sendo uma educação que o levará a conhecer o mundo, sendo emancipado, pois ele sabe como agir.

[...] a Educação Patrimonial não pode ser utilizada somente depois que um bem é reconhecido com patrimônio, mas deve fazer parte de todo o processo de reconhecimento, inventariação e preservação por meio do instituto do tombamento [...].

Relativiza-se as opções de abordagem de um bem cultural no trabalho com Educação Patrimonial, construindo um leque com diversidades para serem trabalhadas em sala. As ações educativas não priorizam apenas a valorização do bem patrimonial, vão além. A sociedade entende seu papel neste campo e constrói possibilidades de aprendizagem. Entretanto, também se tem a possibilidade que, mesmo de uma maneira inata, repete-se discursos e memórias de uma elite dominante que acaba criando um discurso local oficial, em detrimento da memória de grupos sociais e em determinadas situações de risco, abandono, descaso ou até desvalorização.

Então, cabe ao professor fazer este pensamento crítico, considerar os diferentes espaços culturais e de diferentes públicos. Trabalhar com Educação Patrimonial é focar na formação de cidadãos livres, autônomos e conscientes de seus direitos e deveres, respeitando tais limitações. Deve-se também atentar-se que tanto o campo da educação como o campo dos patrimônios estão sujeitos a territórios distintos, como o político, o econômico e o social, e é preciso se atentar a estas vertentes. Acredita-se que somente com a aculturação da educação é possível percorrer o caminho de uma Educação Patrimonial.

Quando se analisa a trajetória nacional dos conceitos de patrimônios e bens culturais, edificações, bem material ou imaterial, entre os anos de 1982 e 1986, é criado o Projeto Interação, que contou com a união das Secretarias de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, conseguindo um diálogo ainda que pouco expressivo. Atualmente, a Educação Patrimonial ocupa lugares importantes em planejamentos escolares para que se desenvolva ainda mais esta valorização local de identidade regional. Parte de uma necessidade das disciplinas, em específico História, de discutir temas muito pertinentes à sociedade, como a construção da memória social, do patrimônio e questiona-se a representação de todos os formadores de determinada região em seus aspectos culturais (BITTENCOURT, 2008, p. 277).

Com relação a isso, Circe (2008, p. 277) ainda comenta:

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de História têm disso convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado.

A educação discute, principalmente atualmente, muito acerca das “metodologias ativas”. Então, a Educação Patrimonial se torna um importante aliado para que o ensino vá além das quatro paredes da sala de aula e da maneira “tradicional” de se ensinar e problematizar os conteúdos escolares. Devemos também lembrar de como a ampliação do conceito de patrimônio contribuiu para inúmeras possibilidades para se estudar História de um jeito “inovador” e questionador.

Assim, Magalhães, Zanon e Branco (2009) comentam sobre a perspectiva de mudança que a Educação Patrimonial possui para uma mudança de visão da Educação Conservadora:

A educação tradicional, marcada por uma visão impositiva, visando atender interesses específicos, caracterizada pela universalização, integração e unicidade do conhecimento; e a educação transformadora, de caráter libertador, visando à condição de sujeito autônomo, tendo como característica a contradição, a heterogeneidade e o conhecimento dialogado. (MAGALHÃES; ZANON; BRANCO, 2009, p. 55).

Percebe-se a necessidade de uma mudança em ensino de história, visto que numa perspectiva tradicional tende-se a rejeitar outras possibilidades, assim, é preciso reinventar, rever, visitar a maneira de se conceber o ensino de história, assim como a docência em sala de aula.

Com relação à educação brasileira, ao longo do tempo ela passou por reformulações e transformações, sendo variada devido a planos de governos que entravam e mudavam sua forma de pensar e agir. Atualmente, como base comum curricular nós temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que serve como parâmetro dos currículos regionais e das propostas pedagógicas das escolas particulares e estaduais do Brasil. A BNCC trabalha através das competências gerais para a Educação Básica, o que ele chama de “aprendizagens essenciais” e normatiza toda a educação, desde a Básica do Fundamental I até o Ensino Médio. Além disso, segundo a própria BNCC, o documento está baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) e dialoga a respeito da elaboração de uma sociedade mais justa e menos desigual, democrática e inclusiva. Quando pesquisa-

se sobre “Patrimônio Cultural” dentro da BNCC encontramos oito referências, a primeira ainda relacionada à educação infantil, quando comenta-se sobre os campos de experiências, que o aluno aprende pela observação e pela experimentação. Neste sentido, Patrimônio Cultural aparece relacionado aos conhecimentos que fazem parte da vida da criança, e que foram adquiridos ao longo de sua formação. Em sequência, Patrimônio Cultural é citado ao referenciar a disciplina de Língua Portuguesa, sendo uma competência específica de linguagens para o ensino fundamental, e relaciona-se com o reconhecer e respeitar as mais diversas manifestações artísticas e culturais, sejam elas locais ou mundiais, “bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas” (BRASIL, 2018, p. 65).

Ainda relacionado com língua portuguesa, o termo Patrimônio Cultural volta a ser abordado quando se discute acerca das 250 línguas presentes dentro do território brasileiro, sendo algumas delas indígenas e de matrizes africanas, destacado como pertencente ao Brasil, porém despercebido e que merece a devida atenção. Neste critério a BNCC preocupa-se em englobar a diversidade, esta que é perceptível nas próximas citações do termo “Patrimônio Cultural” relacionado à disciplina de Arte, com o fim de:

Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulários e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (BRASIL, 2018, p. 203).

Assim, mais uma vez há a preocupação com a diversidade e em específico a nacional, que também é formada por matrizes africanas, indígenas e europeias. Para finalizar nossa busca, o termo aparece conexo com a disciplina de língua inglesa, em relação aos objetivos de conhecimentos específicos como a Leitura de textos de cunho artístico/literário, a fim de valorizar o Patrimônio Cultural produzido em língua inglesa. Quando pesquisamos o termo “cultura” ele aparece 686 vezes ao longo do texto, todos relacionados a questões de diversidade e de transformações.

Já nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (DCE), o termo “Patrimônio Cultural” aparece 4 vezes, até porque é um documento escrito quase que todo embasado pela Nova História, que prioriza os novos olhares, novos problemas e novas fontes, também contribui para um novo recorte histórico, deixando um pouco

de lado as longas durações, assim o termo de patrimônio está relacionado com pertencimento e herança, que se relacionam na esfera regional, para contribuir para a consolidação de uma identidade local. Em contrapartida, o termo cultura aparece um total de 42 vezes e sempre relaciona-se com assuntos ligados à diversidade, heranças, características étnicas, etc. Entretanto, com a implementação da BNCC, era preciso um documento que desse conta de dialogar com a mesma, assim, o DCE passa a ser substituído pelo Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), que vem para definir os direitos e objetivos de aprendizagens para os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no estado do Paraná. O documento traz sugestões de conteúdo para cada componente curricular, cada série, indicando em qual trimestre poderia ser aplicado. Diferente do DCE, o CREP faz uma referência no total de 6 vezes a Patrimônio Cultural, todos pautados no respeito às diferenças, discutindo o conceito de patrimônio, tanto material como imaterial, de memória, e da história regional. Por sua vez, o termo cultura aparece num total de 25 vezes, a fim de que os estudantes aumentem suas perspectivas relacionadas à cultura. O conceito está relacionado a festas e comemorações, diversidades culturais e patrimônios, cidadania e meio social, regional, cultura dos povos antigos e indígenas do Brasil, dos povos africanos, e etc. É um documento bastante completo, onde os objetivos e conteúdos estão a todo momento dialogando acerca de qual é a intenção em se discutir cultura e patrimônio.

Com relação a isto, o currículo ensinado em história na sala de aula baseia-se nos presentes documentos oficiais: a BNCC a nível nacional e o CREP a nível estadual, onde o estudo de Patrimônio Cultural está previsto, porém, ainda observa-se a presença de uma história “oficial” contada e repetida, inclusive a história do próprio Paraná. Pensando nisto e querendo desconstruir com tal ideia, o próximo capítulo visa discutir tanto a história do Paraná como das comunidades negras na região, dando a visibilidade que ela merece.

## **CAPÍTULO 2 – PARANÁ: CONSTRUÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS PREDOMINANTES NA FORMAÇÃO DE SUA IDENTIDADE**

### **2.1 O PARANÁ**

Antes de o Estado do Paraná ser assim identificado e de ser ligado à província de São Paulo, foi habitado muito antes da colonização europeia por povos que, após 1492, foram denominados índios. Ou seja, eles já habitavam a região por volta de 6.500 anos atrás (FRAGA; KLUGER, 2011).

O território paranaense em sua origem pertencia à jurisdição espanhola, devido ao Tratado de Tordesilhas. Em 1515 ela se organizava em expedições na região com a finalidade de procurar passagem entre os dois oceanos dentro do continente. Por estas regiões passaram viajantes, bandeirantes, faiscadores de ouro e tropeiros no período do século XVI até o século XIX (NASCIMENTO, 2009).

Em 1531 criou-se alguns povoados jesuítas, próximos do Rio Paraná e do Rio Piquiri e, em seguida, reduções jesuíticas na margem esquerda do Rio Paranapanema e na foz do Rio Pirapó (NASCIMENTO, 2009). Com povoados, facilita-se o acesso e o contato. Então, algumas bandeiras começaram a visitar a região, criando, no século XVII, outros dois pontos de extração de ouro localizados no litoral, Antonina e Morretes, originando povoações, principalmente através de concessões de sesmarias. As terras paranaenses pertencentes a Portugal foram divididas entre a Capitania de São Vicente e a de Sant'Ana. Em 1723 as duas capitanias transformaram-se na capitania de São Paulo (FRAGA; KLUGER, 2011, p. 293).

Com o declínio da exploração de ouro na região e da diminuição da catequização de indígenas, iniciou-se a ocupação do Segundo Planalto, conhecido como Campos Gerais, por meio de pontos de paradas para pouso das tropas, dando origem a vários povoados e freguesias, controladas pelas famílias que se situavam ali. Wachowicz (1967) comenta que a distância de uma freguesia e outra estabelecia-se por um dia de viagem, surgindo diversos vilarejos nestas localidades. Todas as terras eram concedidas através de sesmarias, nas quais o proprietário se fixava nas proximidades de vilarejos e nas margens de rios ou de estradas por onde passavam as tropas.

Com este crescimento dos Campos Gerais e a pecuária ganhando fôlego, transferiu-se a sede administrativa da Comarca de Paranaguá para a Vila de Curitiba, em 1812, e ainda no Império veio a emancipação do Paraná devido à sua posição

estratégica, posicionada entre os estados de Rio Grande do Sul e São Paulo. Desta forma, demonstrava-se que acatar o pedido de emancipação paranaense representaria um impedimento de aliança entre as duas capitanias<sup>4</sup>. Quando ocorreu a emancipação, o Paraná já contava com duas cidades (Curitiba e Paranaguá) e sete vilas: Antonina, Morretes, Guaratuba, São José dos Pinhais, Lapa, Castro e Guarapuava (FRAGA; KLUGER, 2011).

Quanto à presença negra na região, Nascimento (2009) faz uma análise do levantamento bibliográfico da história tanto paranaense quanto da presença negra na região e constata que a produção historiográfica foi influenciada pela construção de um Paraná moderno, onde não interessava a escravidão ocorrida antes do processo de imigração. Contextualiza-se que os trabalhos dos historiadores contribuem para o afastamento das lembranças sobre presenças negras no território, selecionando as memórias que mais faziam sentido para o momento, ausentando as punições, fugas e capturas de escravos, para que se criasse um Paraná livre de escravidão. Esta narrativa foi aceita por grande parte da sociedade paranaense do período e durante muito tempo serviu como história oficial regional (2009), a qual será discutida no próximo tópico.

## 2.2 A PRESENÇA E A CULTURA NEGRA NA FORMAÇÃO DO ESTADO E IDENTIDADE PARANAENSE

A ideia pós-abolicionista que acontece não apenas no Paraná mas em todo o Brasil, a qual consistia na substituição do negro pelo imigrante europeu, no início da nova República recém fundada, de 1900 em diante, ganha força e destaque no novo estado que está surgindo. Assim, o Paraná não se torna um local isolado e acompanha o movimento de seu estado “mãe”, São Paulo, embarcando numa formação que possa estar desvincilhada da presença negra (por mais que ela aconteça/ esteja no estado). Ao recorrer à construção de uma nova identidade que se

---

<sup>4</sup> Essa questão é explicada pela tensão que acontecia entre Brasil, Paraguai e Argentina. A região do Paraná, mais precisamente Curitiba era limítrofe das repúblicas do Paraguai e da Argentina. Além disso, havia a instabilidade da Revolução Farroupilha, pois, os liberais gaúchos lutavam contra o Império e a independência do Paraná poderia representar uma aproximação e simpatia da população paranaense para a causa do Império, ainda mais pelo fato de que em São Paulo e Minas gerais iniciava-se um movimento revolucionário liberal e uma união com os farrapos poderia representar uma forte ameaça ao Império, e a comarca de Curitiba deliberadamente liberal poderia representar uma ligação das forças rio-grandenses com as paulistas e mineiras. O governo imperial concordou em elevar a Comarca de Curitiba para Província, caso ela não aderisse à revolução. Com o fim da revolução e a vitória dos legalistas, Curitiba foi elevada à condição de província (SÉGA, 2003).

firmasse com eixos culturais correntes (a imigração) em vez de com o passado, formam outros símbolos que integrariam o perfil desejado a partir da emancipação.

Uma das explicações para tal situação é o processo de clareamento da população brasileira que se iniciou antes da abolição da escravidão de 1888, e que ganhou força após este processo ao (intencionalmente) introduzir o imigrante europeu para que fosse substituído o escravo em seus trabalhos. Conforme Westphalem (1997), a entrada de imigrantes no Paraná pós 1888 gerou uma policultura. As atividades econômicas eram voltadas para o abastecimento do mercado interno, não possibilitando ou dificultando a incorporação dos libertos no trabalho [...]. (WESTPHALEM, 1997).

Desta maneira, demonstra-se a negação da participação do negro na sociedade e no mercado de trabalho, não possibilitando uma presença ativa com a substituição de seu espaço. Como consequência, posteriormente, se acarretou uma falsa sensação de que no Paraná não houve presença de escravos africanos.

Com a invisibilidade simbólica e social, influenciada pelas ideologias raciais no momento da formação da identidade nacional e da formação da República, assim como do estado do Paraná, fez-se com que o negro visivelmente não possuísse espaço, numa tentativa de omitir todo o período de escravidão de aproximadamente 3 séculos, do XV ao XVIII. Nesta nova construção de uma pretensa única identidade nacional foi excluída também a presença e a história de indígenas, espanhóis e portugueses, paulistas e santistas, sendo um processo alicerçado em um discurso ufanista e regionalista (NASCIMENTO, 2009).

Segundo Nascimento (2009), o Paraná em sua origem (após a emancipação em 1853) constituiu-se como um Estado ausente de sua pluralidade formadora, apresentando “invisibilidade”<sup>5</sup>, não englobando toda a heterogeneidade que a sociedade possuía, fato de sua formação. Uma outra explicação para isso foi o processo de colonização dos europeus, que foi adotado no Paraná, a partir do século XIX, para que diversificasse a mão de obra tornando-a mais barata e acessível. Ao mesmo tempo, para que ocupassem as novas terras recebidas, concedidas através das sesmarias, ocorreu uma exposição desqualificada da cultura negra devido, principalmente, à exclusão social.

---

<sup>5</sup> Conceito que a autora retira de antropólogos como Luís Cláudio Symanski (2007) e Marcos André Torres de Souza (2007).

A chegada dos negros no Estado se deu através de escravismo, por volta do século XVIII, quando começaram a chegar escravos para serem distribuídos nas mais diversas localidades brasileiras, voltados para o trabalho com a garimpagem de ouro nas minas, bem como na agricultura, pecuária e nos engenhos de erva-mate, etc. Todas as regiões brasileiras que contassem com atividades econômicas, deveriam, obrigatoriamente, contar com presença escrava para a sua mão de obra. É claro que no Paraná desenvolveu-se semelhante ao restante do país, mas não de maneira idêntica, ocorrendo na procura de ouro de aluvião, como Nascimento aponta:

A chegada dos negros como escravos no Paraná teve início no século XVIII, com o trabalho na garimpagem de ouro nas minas do planalto e do litoral. Em seguida, o trabalho escravo foi usado na agricultura, na pecuária, nos engenhos de erva-mate, nos afazeres domésticos, nas artes manuais, nos ofícios rurais e urbanos, e (...) na exploração das bandeiras, no transporte de cargas, na abertura de caminhos e na captura de índios. (NASCIMENTO. 2009, p. 37).

Baseando-se nisto, identifica-se que os escravos foram utilizados tanto em áreas urbanas quanto em rurais, tendo como ponto de chegada sempre o porto de Paranaguá. Mas a partir de 1850, com o vigor da Lei Eusébio de Queirós, coloca-se fim ao tráfico negreiro no país, diminuindo a entrada de escravos no Brasil. Mesmo assim, no Paraná aumentou consideravelmente a entrada do negro escravo devido à fiscalização insuficiente e o porto de Paranaguá se tornou um dos maiores centros de contrabando de escravos no Brasil (FRAGA; KLUGER, 2011, p. 287).

Posteriormente, percebe-se que a presença negra escrava na região se deu nos trabalhos relacionados à pecuária, agricultura, tropeirismo e extrativismo vegetal.

Em 1853 o Paraná se emancipou de São Paulo, tornando-se um estado independente, necessitando da construção de uma nova identidade, desvinculada dos paulistas e que não representasse o “atraso” que a escravidão tivesse deixado na sociedade, precisando construir com novas matrizes, ao mesmo tempo que soluciona a falta de mão de obra com a imigração europeia. Neste sentido, o processo de construção de identidade é forjado no contexto socioeconômico, político e cultural, mas que não sintetizou toda a pluralidade cultural.

Sobre a ideia de identidade:

Os aspectos sociais, históricos, geográficos, políticos, econômicos, enfim, os aspectos da vida, do cotidiano, tanto percebidos individualmente como coletivamente/socialmente, são determinantes ao conceito de identidade;

entretanto, são dotados de conteúdo ideológico, decorrente da estrutura de poder(...) Para que essa definição seja compreendida, Castells (2001) propõe três formas distintas de construção de identidade, sendo identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto, estando todas relacionadas a relações de poder (SOPCHAKI; LANGARO; QUADROS, 2011, p. 20).

Assim, percebe-se que vários aspectos interferem na formação da identidade, e que ela acaba construindo um sentido determinado de acordo com a intenção que se pretende. Apesar da sociedade negra possuir uma identidade de resistência, ela sozinha não é suficiente para prevalecer na sociedade. Os autores continuam:

A identidade legitimadora se refere à concepção de identidade definida a partir de instituições dominantes na sociedade e tem por objetivo criar e manter a sua dominação na sociedade. É formada por várias e diferentes instituições, compondo a sociedade civil, no sentido não de entidade de caráter emancipatório, mas como organismo a serviço do Estado e absorvido pela sociedade (SOPCHAKI; LANGARO; QUADROS, 2011, p. 20).

Entende-se que a construção da identidade é um processo que acaba privilegiando alguns grupos da sociedade, sempre valorizando instituições dominantes para que além de consolidarem sua dominação, também possam manter suas relações de poder. Ela pode solidificar-se nas inter-relações de sua cultura, internas e externas, à medida em que se apropria do seu espaço, fortalece os laços com aqueles que são envolvidos neste processo, possibilitando a criação de sensações de pertencimento, proteção, territorialidade para que possam aplicar um sentido de ator social ou de seu lugar dentro da mesma sociedade.

Então, no Estado do Paraná se reconhece a necessidade de debater em torno da temática cultural plural, tanto de sua imagem diante do cenário nacional quanto diante de sua população, atendendo às pressões internas para a construção de uma identidade que reforce suas fronteiras com Santa Catarina e São Paulo e que determine uma concepção de identidade de acordo com sua cultura.

### 2.3 O MOVIMENTO PARANISTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PARANAENSE

O discurso sobre o novo Paraná ganhou força com o movimento Paranista que foi idealizado na década de 1920 por um grupo de intelectuais curitibanos que discutiam, entre outros assuntos, a ausência de traços típicos do Paraná. De acordo com o movimento, após a emancipação de São Paulo em 1853, o estado recebeu

uma grande leva de imigrantes para compor parte de seus territórios. Estes estrangeiros mantinham suas tradições e costumes em suas colônias, o que dificultou a formação de uma identidade típica paranaense (BUENO, 2009).

O grupo denominado Movimento Paranista<sup>6</sup> ficou encarregado de pesquisar e construir por meio da arte como poemas, pinturas, quadros, músicas, traços próprios regionais que auxiliassem na formação de uma tradição para o Estado. Para isto, tal trabalho foi conduzido basicamente por intelectuais que circulavam junto às esferas públicas de poder da época, com o intuito de gerar um estado progressista que se apoiasse em fundamentos positivistas (PETERS, 2005, p. 269).

Quando se criou a narrativa sobre a identidade paranaense, buscou-se em bens patrimoniais típicos de portugueses, como as primeiras construções regionais e nacionais, esquecendo-se da presença indígena e negra na região. Ao mesmo tempo em que este processo de construção da identidade ganhava fôlego, a elite pós-moderna<sup>7</sup>, política e intelectual paranaense desejava transformações sociais e econômicas. Para isto incentivou-se a imigração europeia como forma de incorporar a mão de obra barata, consolidando assim um procedimento de branqueamento da população no estado (NASCIMENTO, 2009).

(...) a fundação de instituições públicas e privadas, científicas e culturais foi o que possibilitou a esses brasileiros formarem uma coletividade (...) Encontraram na constituição de um imaginário regional e de um projeto para o estado, os meios através dos quais foi possível vencer os obstáculos que as primeiras décadas do século XX impuseram à manutenção do status político que tinham. Construir um imaginário é imaginar, é simbolizar o cotidiano, é ressignificar todo e qualquer mito que o tempo tenha feito perder o sentido, é dar sentido ao que antes não tinha. O ponto central desse imaginário foi o território, um espaço físico e delimitado que unia os diversos grupos sociais. Se para ser paranaense era necessário nascer no Paraná, para construir o estado bastava ser um paranista nas palavras de Romário Martins, ser um entusiasta disposto a construir um futuro próspero para a região. (ROSEVICS apud NASCIMENTO, 2009).

Com isto tentam imprimir uma imagem de heróis e de pertencimento à região, que até então era enfraquecida, e que este sentido fosse amarrado com o ponto de

---

<sup>6</sup> Esta preocupação com a identidade paranaense iniciou a partir do século XIX, porém o termo “Paranismo” foi definido oficialmente apenas em 1927 por Romário Martins.

<sup>7</sup> Remetendo ao grupo de pessoas no Brasil, em 1922, que estavam preocupados em construir uma identidade nacional, negando qualquer influência externa nas artes, música e literatura. O movimento modernista, como ficou conhecido, era formado por grupos de intelectuais de diversas regiões do Brasil e se preocupavam com a construção de nossa identidade nacional. Foram criados a partir destas discussões, conselhos regionais, com a finalidade de resgatar os valores e a cultura popular dos que compunham a sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2009).

apenas um grupo social, o dominante, o qual ficaria encarregado de construir um futuro próspero para a região. Nesta imagem reconheceu-se a figura do polonês, trabalhador rural/agrícola, tendo no pinheiro do Paraná o elemento que representava a virilidade do homem e a fertilidade da terra.

Sabe-se que tanto movimentos como o paranista quanto o processo de branqueamento da população não foram exclusivos do Paraná. O Estado acompanhou um movimento muito superior, de nível nacional e mundial, com elementos do século XIX, dos anos oitocentos, quando em nível mundial houve uma negação a outras etnias. Procurou-se seguir a ideia de darwinismo social para justificar o progresso ocidental, civilizado, europeu. O Paraná se tornou mais um reflexo desta sociedade que tentou, após a independência, se autoafirmar como forte, hegemônica e consolidada, resultando futuramente em uma sociedade excludente:

O refrão entoado repercutiu o Paraná dos oitocentos, evidenciando muito claramente a busca de um branqueamento racial. Realmente, o Paraná trabalhou no paradigma do darwinismo social, buscando a integração na civilidade e no progresso ocidental pela via racial. Num século caracterizado pelo fortalecimento dos nacionalismos, sobretudo pela afirmação de um passado glorioso, o Paraná, como de resto o Brasil, pretendia desenvolver sua coesão política numa projeção para o futuro em que os vícios de origem e o contato com a escravidão seriam sanados pela tonificação do organismo nacional (NADALIN. 2001, p. 75).

Esta construção significou a saída de grande parte da população negra do Paraná que acabava por não se sentir reconhecida neste território, vendo necessidade de deixar a região, evadindo-se para outros estados ou para o interior do estado do Paraná. Este fato colaborou para a construção da afirmativa que o Paraná nunca foi abundante em escravos (talvez não como outros estados brasileiros como Rio de Janeiro ou Bahia) e não contou com uma parcela significativa dos mesmos, tampouco trabalhou com escravidão (WESTPHALEN, 1990).

Em contrapartida, a própria presença de comunidades remanescentes quilombolas na região do Paraná já é uma negação a esta narrativa construída. Esta característica de exclusão não é consequência apenas da presença negra, indígenas também foram “cortados” desta nova identidade paranaense, fazendo com que historiadores, geógrafos e cientistas sociais chamassem este público de “Povos e Comunidades Tradicionais” que seriam aquelas que tiveram historicamente negada sua identidade, territórios e modos de vida.

Neste grupo conseguimos encaixar negros e indígenas que, durante a formação do Estado paranaense, foram excluídos em suas matrizes culturais, mesmo tendo destaque significativo durante a consolidação deste, inviabilizados pela sociedade elitizada e seus “padrões” de vida ocidental. Pérez, Oliveira e Schellmann (2011) trazem a informação de que este grupo no Paraná é composto por “indígenas, cipozeiros, faxinalenses, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, ilhéus, etc.”, compondo um grupo bem heterogêneo.

#### 2.4 A CIDADE DA LAPA-PR: DE POVOADO À CIDADE

A cidade da Lapa está localizada no segundo planalto do relevo do Estado, situada na região Sul do Paraná, região Metropolitana de Curitiba, capital do estado do Paraná, Brasil. Portanto, faz parte do chamado Paraná Tradicional, como mostra a Figura 1.

**Figura 1** – Mapa do Paraná com destaque da cidade da Lapa



Fonte: Suporte Geográfico (2019). Disponível em: <https://suportegeografico77.blogspot.com/2019/10/mapa-de-lapa-pr.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.

A principal atividade econômica na região é a agropecuária, como diversas outras regiões do Paraná. Mas também destaca-se o turismo histórico, tanto que a cidade possui o título de “cidade histórica”<sup>8</sup> devido à preservação do Patrimônio Cultural material e imaterial, como atrativo turístico, constituindo-se um grande “museu a céu aberto”.

A história da cidade da Lapa se dá em 1768, quando alguns moradores da região solicitaram uma sesmaria para que pudessem construir uma igreja na cidade. Atendidos, no dia 13 de junho de 1769 instalou-se a Freguesia de Santo Antônio de Lisboa que, aproximadamente 20 anos mais tarde, passaria a se chamar Freguesia de Santo Antônio da Lapa, sob jurisdição da Vila de Curitiba. Em 1806, devido ao rápido crescimento do povoado, foi elevada à condição de vila, recebendo o nome de Vila Nova do Príncipe.

Com a criação da Província do Paraná se fez necessária a criação de uma nova jurisdição. Então, a Vila Nova do Príncipe passou a ser o 5º Termo Judiciário e Policial da Comarca da Capital (Curitiba). Em 1872 a referida vila foi desmembrada da Vila Rio Negro e elevada à condição de cidade com a denominação de Lapa<sup>9</sup>. Teve como seu principal marco econômico inicial a exploração da erva-mate e a atividade tropeira. Segundo Wachowicz (2010), os tropeiros eram homens de personalidade notável dentro da sociedade, não era um sujeito simples e tão pouco desprezado, sendo a maioria homens abastados e de destaque, como barões e coronéis. Além das tropas, encarregavam-se de ser mensageiros, “era o homem que trazia as notícias dos últimos acontecimentos aos vilarejos por onde passava” (WACHOWICZ, 2010, p.71). Percebe-se que além da importância econômica que as tropas desempenhavam para uma região, havia também a relevância da comunicação, traçando um emaranhado de comunicações entre cidades, vilas, povoados, vilarejos que se relacionavam com os portos marítimos. Tropeirismo era a atividade que consistia em levar tropas de animais e produtos do Sul do país em direção à Sorocaba ou outras regiões mais ao norte, pois, os estados do Sul se configuravam como produtores de alimentos para outras regiões. O animal mais utilizado para esta atividade era o burro, animal mais recomendável, porque tinha seu andar mais suave e conseguia aguentar

---

<sup>8</sup> Título que as cidades de Antonina e Morretes possuem devido à sua forma de construção e conservação de ruas e construções.

<sup>9</sup> Recebe este nome devido às grandes quantidades de pedras existentes na região, ao leste de uma montanha com formações rochosas. Informações extraídas do site da prefeitura da Lapa, disponíveis em: <https://lapa.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/10>. Acesso em: 29 jan. 2019.

mais tempo de caminhadas com pesos. Ainda segundo Wachowicz (2010), eram os tropeiros que levavam a “civilização” para as regiões mais longínquas. Conforme passavam pelas regiões, acabavam fundando cidades, que serviam de apoio/suporte para estas tropas que ali passavam.

Porém, muito antes do homem branco se instalar por lá, as regiões eram abrigo de povos indígenas das tribos Kaingang e Guaranis, fato comprovado através de registros arqueológicos de habitação. Por volta de 1541, o território que hoje corresponde à cidade foi anteriormente ocupado por índios. Sobre isto, o site da Prefeitura da Cidade da Lapa nos traz:

A Lapa teve início como povoado no tempo dos tropeiros, por volta de 1731, quando por aqui passavam e faziam pouso os homens responsáveis pelo comércio animal do país, compondo o Caminho das Tropas ou Caminho de Viamão. No entanto, há registros de que já em 1541 andou por estas terras o primeiro desbravador, D. Alvar Nunez Cabeza de Vaca, a mando do Rei da Espanha, e depois dele outros desbravadores e bandeirantes. Porém, muito antes do homem branco chegar, há indícios arqueológicos da habitação de povos indígenas das tribos Kaingang e Guaranis (LAPA, 2019).

No século XVI, a região foi visitada por espanhóis interessados em explorar a terra no sentido de encontrar um caminho interoceânico no continente (NASCIMENTO, 2009). Como o território pertencia à Espanha, segundo o Tratado de Tordesilhas, estas expedições eram organizadas pela coroa espanhola e abriu alguns caminhos terrestres, como o Caminho da Graciosa, utilizado desde os tempos pré-coloniais, ligando o primeiro ao segundo planalto paranaense; e o Caminho de Peabiru que partia da localidade de São Vicente, no território de São Paulo até o Rio Paraná (NASCIMENTO, 2009)<sup>10</sup>.

Em 1531, no território hoje conhecido como estado do Paraná, começaram a surgir algumas povoações e reduções jesuíticas com o objetivo de catequizar os indígenas e expandir suas missões intermarinhas, optando por Paranaguá. Após a expulsão dos jesuítas nas terras do Paraná e a decadência da exploração do ouro, houve a diminuição do processo de povoamento paranaense, e com isso o segundo planalto paranaense desenvolveu um novo processo de ocupação da terra.

Devido à exploração da mineração do século XVII, o chamado “ciclo do ouro”, a região em que hoje se encontra o Paraná concentrava apenas o Litoral e a região

---

<sup>10</sup> Maria Claudia Bibas do Nascimento comenta em sua tese de mestrado “Múltiplos olhares sobre a presença negra na Lapa - Paraná: história e arqueologia (séculos XIX e XX) pela PUC-RS em 2009.

de Curitiba. Mas, em função da mineração, ocorreu o desenvolvimento de outras atividades econômicas: o mercado de carnes cresceu, as fazendas do Rio Grande do Sul passaram a suprir o mercado mineiro, já que em Minas as pessoas sofriam da “febre do ouro”, e devido a isso, tropas saem do Sul do Brasil em direção a Minas Gerais para levar alimentos, remédios, produtos, entre outros.

No entanto, a falta de estradas para a subida das tropas fez com que o governo de São Paulo autorizasse a abertura de novas estradas, ligando o Rio Grande do Sul com Sorocaba, em São Paulo. Ao longo dos referidos caminhos foram criando-se vários lugares/pousos para dar assistência aos viajantes tropeiros, com abrigos para comer, dormir, com lugares apropriados para o gado antes de prosseguirem viagem, as “invernadas” (pois, acontecia desgaste dos animais durante as viagens e eles precisavam ganhar peso para poderem prosseguir). Assim, foram surgindo povoados e cidades foram sendo construídas. Entre estas, Ponta Grossa, Castro, Lapa são exemplos de cidades que surgiram devido ao tropeirismo. Eram pousos de tropeiros que ficavam estrategicamente localizados em distâncias de um dia de viagem dos tropeiros. Ao longo do tempo estes locais foram crescendo e agrupando serviços e dando mais assistência com novos moradores como ferreiros, serradores, empregados etc. (WACHOWICZ, 2010).

Em relação à aquisição de terras na região dos Campos Gerais, Nascimento (2009) comenta sobre como era possível possuir uma fazenda na região:

[...] bastava fundar um preposto e colocar alguns escravos e algumas cabeças de gado no terreno. Depois, alegando posse, o proprietário pedia a concessão de sesmaria para a área localizada quase sempre nas proximidades dos povoados e nas margens de rios ou de estradas por onde passavam as tropas. Com o aumento do número de comerciantes e de famílias nos povoados, cresceram também pedidos de alvarás de licença para o funcionamento de casas comerciais e para a construção de capelas. Além dos religiosos, foram chegando aos poucos juiz, feitores, capitão de ordenanças e fiscais, nomeados para a administração dos locais antes percorridos quase que exclusivamente por tropeiros (p. 37).

Nota-se que havia facilidade para se conseguir uma terra na região dos Campos Gerais, no território do Paraná, pois, bastava fazer o pedido próximo de povoados. Deste modo se explica como as cidades ficaram estrategicamente posicionadas ao longo do caminho do Viamão. Também o processo de ocupação das cidades se deu com habitantes oriundos de vilarejos. Aconteceu ainda as construções

de capelas que se tornaram igrejas, atraindo mais pessoas, tanto a áreas administrativas/burocráticas quanto comerciantes e religiosos.

A Lapa foi um dos maiores polos de exploração e exportação de erva-mate e madeira, atividades econômicas essenciais paranaenses no século XIX e que, devido ao seu desenvolvimento relacionado à emancipação do Estado, recebeu um ramal ferroviário, passando pela cidade, inaugurado em 1891. Entre 1870 e 1891, a cidade expandiu em crescimento devido à chegada de imigrantes de diversos lugares da Europa:

[...] como Itália, Alemanha, Polônia e Rússia. Na Colônia Mariental instalaram-se colonos russos e alemães; na Colônia Johannesdorf: russos, alemães e austríacos; na Colônia São Carlos: italianos; na Colônia Antônio Olinto: ucranianos e em Contenda: poloneses. Antonio Olinto e Contenda hoje são municípios (LAPA, 2019).

A região foi importante para acolhida destes imigrantes europeus que desenvolveram as mais variadas atividades econômicas, tendo na agricultura uma das principais características por onde estes povos se fixaram. Percebe-se que a cidade da Lapa, desde sua formação, consolidação e expansão, conta com uma sociedade multifacetada, seja por imigrantes, operários, indígenas, escravos africanos, entre outros, e que com esta mistura acaba construindo-se uma identidade cultural diversificada, estando mesmo presente na própria diversidade cultural trazida da Europa, não se limitando a apenas uma região deste continente.

Atualmente, a atividade econômica principal da cidade é a agropecuária, sendo a base da economia da região que se destaca com a avicultura, que abastece uma indústria alimentícia de grande porte lá sediada. Encontram-se também numerosos rebanhos de bovinos, suínos, ovinos e caprinos. Quando se olha para a agricultura, a região acompanha a importância de culturas paranaenses como soja, milho, feijão e cebola. Além desta produção agrícola, a cidade hoje conta com produção de fruticultura e hortaliças e é rica em argila para a produção de telhas, sendo uma das indústrias mais antigas da cidade em funcionamento, fundada em 1930.

Como já foi mencionado, Lapa consolida-se como uma cidade histórica que recebe turistas interessados na paisagem, no turismo ecológico, religioso, rural e histórico. Hoje a cidade conta com dois mil, quatrocentos e cinquenta (2.450) estabelecimentos de agricultores familiares, seiscentos e quarenta (640) agricultores patronais, trezentos (300) quilombolas, quatro mil (4.000) trabalhadores rurais e cento

e oito (108) famílias de assentamentos de reforma agrária, sendo impulsionados pela presença de cooperativas de grande porte e de agricultura familiar (EMATER, 2016).

No episódio do Cerco da Lapa é que a cidade ganha cenário de destaque regional e nacional. Este está relacionado com a Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul, e que após a Proclamação da República em 1889 surgiram desavenças em alguns pontos do país. A cidade da Lapa absorve-se desta importância e constrói uma cidade em cima deste episódio, atribuindo com grande heroísmo sua participação neste conflito. A importância do papel da Revolução Federalista na cidade é reconhecida nos espaços urbanos que abrangem com seus modelos arquitetônicos. Com isto a cidade da Lapa sofreu o processo de tombamento do seu centro histórico.

## 2.5 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA CIDADE DA LAPA

Comunidades Remanescentes Quilombolas são espaços econômicos e culturais entregues a famílias negras que tiveram ancestrais em comum com a escravidão. Vale lembrar que estas comunidades não são apenas um grupo de pessoas unidas, assentadas sobre um pedaço de terra, produzindo comida para subsistência (JÚNIOR *et al.*, 2008, p. 18), vai muito além, como um lugar de união, força e luta por sua cultura e por ser englobado nos espaços antes negados. São lugares onde os negros podem manter suas origens e traços mais marcantes, lembrando aspectos da África ou seguindo por caminhos que escolherem; é o reconhecimento de uma dívida histórica importante e a entrega de parte do que foi tirado, somente agora, em forma de terras, lugar para morar e uma nova perspectiva de vida.

Vale ressaltar que tais comunidades não podem ser confundidas com comunidades indígenas, até mesmo por sua diferenciação do espaço geográfico. As casas não são agrupadas uma próxima a outra, mas sim afastadas, entregando um pedaço de território para cada família ali assentada (JÚNIOR *et al.*, 2008, p. 22). Entretanto “elas são um coletivo e muito próximas umas das outras, mesmo quando a distância física as separa” (*idem*, p. 22), e através de laços de parentescos e a afetividade eles se unem em prol do seu bem-estar e da sua sobrevivência, tanto física, quanto cultural.

Quando falamos das comunidades remanescentes quilombolas pertencentes ao Paraná e em específico da região da Lapa, destaca-se também na região três comunidades remanescentes quilombolas: a do Feixo, da Restinga e da Boa Esperança (Figura 2). Elas estão localizadas nas regiões mais afastadas da cidade e em comunidades rurais. São uma herança cultural da presença negra escrava que passou pela região e as configuram como um movimento de resistência (PÉREZ; OLIVEIRA; SCHELLMANN, 2011). Reconhece-se, então, que houve uma presença negra na região, a qual lutou para conquistar o pedaço de terra em que está.

**Figura 2** – Comunidades Remanescentes Quilombolas da região da Lapa



Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (2008).

É reconhecido também a desmistificação de que os negros não resistiram enquanto escravos, o que muitas vezes, dentro da história do Paraná, é tratado com naturalidade e mansidão ao abordar as relações entre senhor e escravos. Neste sentido, os quilombos se identificam como formas concretas de contestação de um grupo de pessoas que jamais deixou de posicionar-se contra o sistema escravista, lutando para o desgaste do mesmo (PÉREZ *et al.*, 2011).

Uma das explicações para as concessões das terras que hoje pertencem aos remanescentes quilombolas, foram:

[...] crise progressiva do tropeirismo, o que levou à desvalorização dos campos destinados à engorda de gado, fez com que as terras continuassem ocupadas pelas populações remanescentes e que estas continuassem desenvolvendo suas atividades agropastoris, porém, como forma de subsistência e comércio em pequena escala [...] (PÉREZ *et al.*, 2011, p. 215).

Quando argumenta-se sobre as terras da região dos Campos Gerais e, conseqüentemente, as regiões que eram caminho em que tropas passavam, explica-se como com o passar do tempo acabaram ficando com os negros.

Como já fora comentado, encontra-se a presença negra na região da Lapa e projeta-se o elemento colonizador europeu como sinônimo de importância na cidade. É bem verdade que a presença de patrimônio se refere à noção de pertencimento e é motivada pelo interesse e quando se analisa o espaço museal da cidade, observamos particularidades de um movimento de identidade que fora construído tanto no Brasil (após a proclamação da República com a criação de uma nova identidade nacional, desvinculada de Portugal ou dos traços negros que o escravismo deixou) quanto do movimento Paranista que tentou construir uma sensação de ufanismo regional baseado no processo de imigração europeu nas mais variadas cidades que o estado detém. Quando falamos de preservação patrimonial no Brasil, devemos contemplar todo o processo que este conceito levou para ser implementado, abrangendo a diversidade cultural tanto nacional quanto a local, no caso, paranaense. Pensar no bem patrimonial regional, seja ele material ou imaterial, é pensar em uma sociedade multifacetada culturalmente e que contempla todos os agentes culturais formadores daquela sociedade.

Assim, na cidade da Lapa não se percebe uma contemplação de todas as características culturais que a cidade possa ter e, claro, percebe-se um processo histórico de formação de uma identidade baseada em prioridades e políticas públicas de classes ou grupos dominantes.

A pergunta que permanece: “para quem é importante a preservação de certos bens?” A resposta desta pergunta deve remeter ao caráter que a Legislação Brasileira de 1988 vigora, transportando uma valorização total de nossas etnias e matrizes culturais. Entretanto, assim como a UNESCO que tentou revitalizar esta noção de cultura para buscar deslocar grupos étnicos extremistas de construírem em seus países sentimentos distorcidos, na cidade da Lapa percebe-se claramente a construção de uma identidade não horizontal, talvez hoje, não tanto intencionalmente, de todos os elementos formadores desta cidade, com base nos materiais de

divulgação dos espaços museais da cidade e a construção da identidade histórica local.

Apesar de as comunidades Remanescentes Quilombolas estarem presentes na região da Lapa, e as Congadas consistirem majoritariamente de integrantes negros, as comunidades do município da Lapa não participam da Congada família Ferreira, por inúmeros motivos. Entre eles podemos destacar o distanciamento físico e social que as comunidades ficam da cidade, dificultando o acesso para os ensaios que acontecem semanalmente. Outro ponto interessante são os custos com o transporte, que não poderiam ser pagos pelos membros das comunidades, nem pelos gestores do grupo da Congada, fazendo com que as comunidades quilombolas não participem da congada.

Com relação às Congadas, especialmente a Congada da Família Ferreira presente na cidade da Lapa, no Capítulo 3 discutimos a temática através de levantamento bibliográfico sobre o tema e de entrevistas realizadas com os integrantes do grupo e representantes locais e federais, uma vez que suas manifestações religiosas são características marcantes da presença negra no Brasil e na região, como agentes formadores da cultura brasileira.

## **CAPÍTULO 3 – MANIFESTAÇÃO CULTURAL CONGADAS: ORIGEM, CONCEITOS E ESPECIFICIDADES**

### **3.1 O QUE SÃO CONGADAS?**

As congadas estão relacionadas com o estudo das manifestações e das danças afro que ficaram marcantes no Brasil a partir do século XVIII, e que ganhou espaço com a criação dos “santinhos pretos” pela Igreja Católica em uma forma de sincretismo religioso. Entretanto, a origem das congadas ainda permanece desconhecida, porque não há um consenso quanto à sua origem, finalidade e a sua folclorização (NASCIMENTO, 2009, p. 94). As pesquisas acerca das congadas ainda são escassas, sendo superficialmente abordadas ao longo dos anos, sendo especificamente a partir da década de 1990 no Brasil que estas começaram a ocupar lugar de destaque nas pesquisas e produções historiográficas sobre danças realizadas nos dias de comemoração dos santos católicos (NASCIMENTO, 2009, p. 94).

Inclusive há divergências entre a origem da Congada no Brasil, alguns pesquisadores apontam como de origem africana, dança que teria surgido em Luanda, outros afirmam que seu surgimento se deu com a coroação de um rei negro de origem etíope em Portugal no ano de 1451, e ainda há quem afirme que surgiu em Pernambuco em 1674 (NASCIMENTO, 2009, p. 95). É importante salientar que as afirmativas apontam para uma manifestação das populações negras dentro do Brasil, e que é possível relacionar com o processo de anomia gerada pelo escravismo no Brasil. Pode então ser entendido como um movimento legitimador de pouco a pouco em que o africano trazido para cá na condição de escravo passa a se tornar mais afro-brasileiro, resignificando a sua realidade, com a assimilação da cultura portuguesa que aqui imperava, como o catolicismo (MUNHOZ, 2006, p. 59).

É importante salientar que as Congadas datam do Brasil Colônia e confirmam estas relações conturbadas de escravidão que os portugueses resolveram adotar na colonização brasileira. Sobre isto, Lisboa (2013, p. 4) comenta:

(...) as festas de congada no Brasil Colônia dramatizam relações de conflitos construídas na diáspora africana no Novo Mundo. A congada vem sendo registrada no Brasil desde o período colonial e aparece de forma integrada ao calendário católico. (...) a primeira notícia documentada de uma congada realizada no Brasil é no ano de 1760, encontrada na relação dos festejos do casamento de D. Maria I, rainha de Portugal.

Entretanto, como comentado há pouco, este não é o único apontamento possível para a primeira congada realizada no território brasileiro, Lisboa (2013, p. 4) continua: “Tinhorão (2000) por meio de pesquisas identifica que em 1711 ocorre a primeira coroação do rei Congo numa irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em Pernambuco. (...) estas realizadas com alusões a reis de Angola e não de Congo”.

Difundido agora não apenas na origem de sua manifestação, como na finalidade e localidade realizada. Contudo, esta divergência pode ser explicada justamente pela congada ser de origem banto<sup>11</sup>, região onde hoje estão localizadas na África o Congo, Angola e Moçambique. Logo, quando os escravizados foram capturados de suas terras e trazidos para o continente americano, eles acabaram por criar uma nova cultura, deixando de ser bantos, e passaram a sincretizar uma outra cultura, que ficará conhecida como malungo, a qual seria a construção de novos laços de convivência. Durante a travessia do Atlântico descobriam semelhanças e diferenças, aprenderam a se comunicar e assim tornaram-se malungos (MUNHOZ, 2006). Sobre a origem do termo malungo, Souza (2002, p. 148) comenta:

Já mencionei algumas vezes que no universo cultural banto a água era o elemento que dividia o mundo dos vivos, negros, do mundo dos mortos, brancos. A travessia do oceano, na embarcação maior do que qualquer outra que já tivessem visto, devia ser uma experiência de intensidade enorme, não só devido aos sofrimentos físicos envolvidos, com à tensão emocional que a situação despertava. Espiritualmente horrorizados com o que os esperava e fisicamente exauridos pela jornada, esses africanos que geralmente só se conheceram na desgraça, desenvolveram laços tão fortes como os consanguíneos e se tornaram malungos. Essa foi a primeira relação desenvolvida a partir das mudanças introduzidas em suas vidas, o primeiro passo em direção a uma nova maneira de se inserirem numa realidade diferente e de reconstruírem um mundo para si.

Percebe-se a resistência africana em querer sobreviver e assim acaba-se por produzir uma nova cultura que seja capaz de se transformar no que for preciso para permanecer viva ao longo do tempo. Assim, as Congadas são manifestações culturais profanas e/ou religiosas que possuem seus versos em Louvor a São Benedito, ou a algum santo negro. Ela ocorre com músicas cantadas e encenadas por seus

---

<sup>11</sup> Foi W. H. Bleck quem cunhou o termo genérico *banto* em 1860. Este termo foi utilizado para representar as 2000 línguas africanas que foram agrupadas por sua pesquisa. Ver: MUNHOZ, Vanessa. “*Nois sono irmão congueiro*”: estudo sobre as congadas no século XXI em São Paulo. Orientadora: Teresinha Bernardo. São Paulo, 2006. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

participantes. Sobre as Congadas, principalmente as paranaenses, José Loureiro Fernandes (2002, p. 01) fala:

As Congadas – representações profanas, mas profundamente impregnadas de religiosidade, principalmente nos versos de louvor a São Benedito – abrangiam várias regiões do Paraná, como Curitiba, Paranaguá, Castro e Lapa, e se realizavam não apenas nas festas do santo, mas também nos festejos de Nossa Senhora do Rosário e no dia de Reis. Com o passar do tempo e por conta de um formalismo civilizador, essa manifestação popular foi perdendo sua força a ponto de restringir-se apenas às festividades da antiga cidade da Lapa, chegando a ser realizada em intervalos de dois anos ou mais.

Ao relacionar a devoção de um santo negro e integrante das culturas negras, pode-se entender como traço de sincretismo religioso, tanto que a Igreja Católica acabou englobando elementos culturais deste tipo de cultura em suas manifestações religiosas, como por exemplo criação dos “santos pretos”, músicas, danças, ritos etc. A origem da Congada está relacionada com as irmandades católicas de escravos, pois, durante a escravidão negra no Brasil (séculos XVI ao XIX) foi imposto o catolicismo aos negros escravos. Entre os resultados desta imposição tem-se uma mescla religiosa de elementos católicos misturados às práticas religiosas africanas. Constroem-se os “santos pretos”, tendo como principais a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, São Elesbão (CÉZAR, 2012).

Como de costume, estas irmandades organizavam festas em louvores com a participação de seus súditos católicos. Após autorizações, tanto da Igreja quanto das lideranças políticas locais, os fiéis negros faziam o “cortejo” em espaços públicos, saindo pelas ruas da cidade por onde passavam, formado por uma coroação de uma corte negra, conquistando fiéis, atenção e devoção por onde passavam.

As irmandades e confrarias religiosas eram, em sua grande maioria, instituições regidas por um compromisso, o qual deveria ser atendido por todos os integrantes para desenvolver a vida social e religiosa de seus associados. Entre outras palavras, eram responsáveis pela ação social dos cultos que eram feitos, estavam em contato direto com o público e com seus ideais bem delimitados. Tinham entre outras funções a de celebração de missas a defuntos, realização de enterros, entre outras (CÉZAR, 2012).

As irmandades prestavam um apoio tanto à Igreja quanto ao Estado, que neste momento reconhecia seus trabalhos de auxílio devido à incumbência da Igreja a ele. Neste sentido, o Estado se torna responsável pelo exercício político e religioso da colônia. Para liderar as irmandades eram eleitos membros “[...] para cumprir a função

administrativa a partir de cargos de juiz, procurador, mordomo, capitão-mor, com a incumbência de saber da vida particular de cada irmão [...]” (CÉZAR, 2012, p. 121).

Desta forma, os honrosos reis e rainhas, os quais pertenciam apenas às irmandades negras, articulavam suas manifestações religiosas e políticas, decidindo quem seriam os participantes em cada cargo, exceto para tesoureiro, função que sempre deveria ser exercida por um branco. É neste cenário que os desfiles que aconteciam nas festas de coroação de reis e rainhas de nação, fossem africanos ou seus descendentes, ficaram conhecidos como Congadas, Congado, Cucumbis, ou Reinados de Congos.

A partir do momento em que se tem reis e rainhas do Congo para comandar práticas religiosas dentro da Igreja, acabam construindo práticas culturais por de trás dela. Assim, começam a ser criadas ações que rememoram ou recriam práticas religiosas ancestrais reportadas à África, como coroações ou comemorações de reis no Congo ou na África.

Portanto, na realização das congadas acontece a articulação de tradições políticas e religiosas africanas com as formas portuguesas, ou seja, são utilizados espaços abertos pelos portugueses para trabalhar manifestações religiosas africanas. Contudo, as congadas estão ligadas em suas mais variadas formas de expressão, sofrendo algumas variações locais, temporais, grupais, envolvendo interesses, tendo um leque de versões que acontecem pelo Brasil. Elas possuem elementos essenciais para seu funcionamento, beleza e culto com os seus rituais, ornamentos, adornos, vestimentas, danças, músicas, cantos, coreografias, bailados, desfiles, procissões, jantares, fogos de artifício, entre outros elementos.

O termo Congada aparece ligado aos cronistas estrangeiros no século XIX, que chamavam de congadas as danças que ocorriam na coroação de reis negros e ou em outras ocasiões, que irei detalhar mais adiante, denominação esta que mais tarde seria usada de maneira híbrida como uma variação de congo, e mais tarde congadeiros, ou congueiros aos componentes das danças<sup>12</sup> (MUNHOZ, 2006). Assim, como o termo acaba sofrendo variações ao longo dos anos, a sua finalidade também, pois, acaba partindo de termo muito genérico, o que pode significar muitos elementos, desta maneira, as congadas acabam não sendo todas iguais, mas sofrendo uma série de variações locais, religiosas e de cunhos pessoais.

---

<sup>12</sup> Ver: SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 270-302.

A partir desta pluralidade é que as congadas se constituem de maneiras diferentes. Há as que contam com a realização do casamento ou não; com a presença de bois ou sem os bois; com danças ou sem; assumindo as mais variadas formas. Cabe ao organizador da congada selecionar os elementos com os quais encenará em seu auto. Deste modo, cada região tem sua congada, o que também contribui para uma complexidade de manifestações religiosas, que acabam se modificando de região para região. No contexto histórico brasileiro, destaca-se nesta pesquisa a Congada da Família Ferreira, situada na região da cidade da Lapa que será tratada adiante.

Devido a estes mais variados tipos de congadas pelo Brasil, sendo feitas das mais diversas maneiras, ambas possuem seus elementos semelhantes como a participação de santos pretos católicos e realizada majoritariamente pela população negra, isso porque o cortejo da fé é vinculado a um santo padroeiro específico, que possui suas próprias características, além do mais, que as práticas dos cortejos aos coroados remete-se a matrizes culturais afro-lusitanas, que seguiam caracterizando tanto os reinados europeus quanto os reinados africanos, e que é comum perceber rituais e festas que demonstravam o poder do monarca, concebendo assim as chamadas entradas diferenciadas, celebrações com comilanças, jogos, músicas danças que aconteciam devido à visita do monarca em sua região, ou derivado de mensageiros dos reis que levavam uma mensagem a ser transmitida a outros reinos, cercadas de gestualidade e rituais (MUNHOZ, 2006, p. 65-65).

Com relação a esta diferenciação, Munhoz (2009, p. 65) comenta mais:

em decorrência destas relações e influências, alguns quadros que compõem as congadas simulam batalhas entre cristãos e mouros, mencionam aspectos da conversão de reis congos ao cristianismo, e representam a legendária rainha Njinga<sup>13</sup> de Angola.

Quanto à rainha Njinga, citada anteriormente por Munhoz, é uma rainha conhecida como Ginga, tem seu original por Nzinga Mbandi Ngola, sendo uma rainha de Matamba e Angola de 1587 a 1663. Configura-se como uma presença legendária e central africana por se converter ao cristianismo, ao perceber que outros reinos africanos o fizeram e aumentaram seus poderes políticos, desta maneira torna-se Dona Anna de Souza. Logo após inicia uma severa disputa contra portugueses por

---

<sup>13</sup> Ver SERRANO, Carlos M. H. Ginga a rainha quilombola de Matamba e Angola. In: *Dossiê Povo Negro – 300 anos. p. 136-141.*

territórios e uma eficiente resistência contra a ocupação colonial e contra o tráfico negreiro em seu reino, renegando ao catolicismo (MUNHOZ, 2006, p. 65).

Entretanto, não obstante a coroação, havia outros momentos que era possível encontrar apresentações das guardas festivas que as congadas traziam, como comenta Cardoso (2000, p. 19):

(...) além de comemorarem a coroação de reis negros e celebrarem os funerais de filhos de chefes no cativeiro, grupos de congos foram registrados exibindo-se por todo o País em ocasiões tão diversas quanto os festejos de santos padroeiros de pequenas comunidades interioranas e as comemorações de Natal; dia dos Santos Reis Magos e do Espírito Santo, festas profanas e celebrações em homenagem ao casamento de princesas e príncipes da corte portuguesa.

Devido a isto, as congadas acabam sendo muito controversas desde a sua origem até a sua organização/execução, podendo ser das mais variadas formas e das mais diversas maneiras, contendo casamento ou não, contendo comidas, festas, música, cânticos ou não. Ainda sobre as diversas Congadas, no próximo capítulo me debruço sobre uma em especial, que é Congada da Família Ferreira.

### 3.2 CONGADA FERREIRA, A CONGADA DA CIDADE DA LAPA-PR

Com o intuito de rememorar questões sobre a origem das Congadas, informações e relações com a Igreja, foi escolhida a História Oral como metodologia de pesquisa, por se tratar de uma abordagem capaz de perceber como o Patrimônio Cultural imaterial pode ser transmitido de geração em geração, mestres e aprendizes, como um pertence familiar importante, é uma forma de ressignificar a Congada para a visão dos congueiros negros que a fazem, e ao mesmo tempo analisar outros pontos de vista a fim de compreender a importância e relação que a congada tem com a cidade da Lapa.

Isto porque mesmo com o passar de anos, a congada permanece viva, tanto nos olhos dos congueiros como nas tradições festivas da cidade e da igreja católica local, como uma “referência de identidade apoiada na memória, preservando segredos, estabelecendo hierarquias, transmitindo mitos” (MUNHOZ, 2006, p. 69). Deste modo, a história oral apresenta-se como uma referência metodológica, capaz de coletar dados e embasar análises relacionadas a estas lembranças e experiências vivenciadas no passado, e que permite contemplar o presente, ao mesmo tempo que

dá voz aos envolvidos com as congadas, importante ponto quando falamos de representatividade cultural.

A visão dos entrevistados relacionados com a congada são ponto de partida para compreender-se o que são as congadas para um congueiro, e ainda a sua representação para a sociedade e órgãos públicos. Apesar de a memória ser algo individual, íntimo, próprio da pessoa (POLLAK, 1997), ela pode ser reconstruída nas lembranças de outros ou em conjunto, conforme afirma Halbwachs (1990) ao comentar sobre este fato, lembra que na realidade estamos sempre acompanhados e isto influencia na construção de nossas memórias. Sem dúvida que a memória coletiva não é a mesma para todos, mas encontra-se o apoio necessário para que ela sobreviva ao longo do tempo. Assim, Halbwachs (1990, p. 26) comenta:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia, quando tentamos explicar essa diversidade voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social.

Ao analisar-se a fala dos entrevistados, também teve-se cuidado por se tratar dos aspectos apoiados na vivência em grupo; eles são selecionados a fim de se representar um ponto de vista pessoal do que foi lembrado, com o objetivo de que se construa uma narrativa que faça sentido para eles, todavia “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLACK, 1990, p. 203). Estas memórias têm o intuito de não apontar o que de fato aconteceu ou como era feito, mas sim para ajudar a construir no presente representações do que é a congada para eles. Além disto, serve para como que dar voz ao movimento da congada, como um importante Patrimônio Cultural local, que dentro de um espaço museal (muitas vezes) é esquecido, e “se é do presente que a memória parte, é também nesse tempo que a seleção do que será transmitido ou esquecido se realizará, e assim a memória chega ao limiar do futuro” (MUNHOZ, 2006, p. 75).

Tendo finalizado importantes informações sobre memória e entrevistas, abordo a partir deste ponto a contextualização das entrevistas, que foram pensadas e divididas em três grupos: congados, formado por lideranças e integrantes da congada Família Ferreira; representantes de órgãos culturais federais como o IPHAN, e agentes culturais locais e membro da paróquia local da cidade da Lapa, com o intuito de aumentar o leque das discussões e pontos de vista referentes à congada, a fim de

ter uma valorização com múltiplos olhares acerca do que é a congada e como ela é interpretada pelos mais variados grupos envolvidos direta ou indiretamente com ela.

A congada da Família Ferreira possui sua origem na África, sendo contada em um livro que um dos primeiros integrantes da Família buscou no próprio continente africano, e estando guardado a “sete chaves”, como forma de proteger sua herança cultural. Assim, a África aparece como referência de destaque e que deve ser valorizada, tendo sua cultura iniciada em outro continente e que acaba ganhando espaço depois de muita luta e conquistas. Esta África trabalhada e pensada, é a África reelaborada de Hall (2003) da diáspora.

A África passa bem, obrigado, na diáspora. Mas, não é nem a África daqueles territórios agora ignorado pelo cartógrafo pós-colonial, de onde os escravos eram sequestrados e transportados, nem a África de hoje, que é pelo menos quatro ou cinco ‘continentes’ diferentes embrulhados num só, suas formas de subsistência destruídas, seus povos estruturalmente ajustados a uma pobreza moderna e devastadora. A ‘África’ que vai bem nessa parte do mundo é aquilo que a África se tornou no novo mundo, no turbilhão violento do sincretismo colonial, reforjada na fornalha do painel colonial (HALL, 2003, p. 40).

É a África que deve ser construída no imaginário em sala de aula, a África que merece atenção e que também deve ser lembrada e festejada como agente formador de uma sociedade e sem dúvida é a África rememorada na cabeça dos congados. Sobre esta África o Entrevistado A (2019) comenta:

(...) esse texto que nós temos veio diretamente do continente africano, nada foi montado aqui, foi-se lá na África para pesquisar e foi trazido pra cá, inclusive a dança, a fala, muitas palavras ainda é falado em língua africana (ENTREVISTADO A, 25/10/2019).

Percebe-se o orgulho postulado em se dizer “nada foi montado aqui, foi-se lá África...” como de um gesto que bate no peito e entrega um produto puro e original. Este orgulho deve ser pontual e ressaltado e principalmente trabalhado para tentar retirar más interpretações que durante a história foram negadas ou mal interpretadas.

A congada na cidade da Lapa, conhecida como Congada Ferreira, é realizada desde o século XIX, passando de geração a geração e permanece formada por membros da mesma família, em culto a São Benedito e acontece anualmente no dia 26 (vinte e seis) de dezembro, embora o dia oficial dedicado a São Benedito, de acordo com a Igreja Católica, seja o dia cinco de outubro. Um dos motivos para que

esta congada ocorra fora de época na cidade da Lapa atribui-se ao dia da inauguração do Santuário de São Benedito que aconteceu no dia 26 de dezembro de 1962. Por este fato decidiram manter a comemoração sempre nesta data. Também existem outros motivos para a Congada da Lapa manter a data de inauguração do Santuário de São Benedito, como apresenta o Entrevistado A, relacionando a época ao comércio local:

Porque a própria comissão da Igreja chegou a julgar que final de ano, hoje virou só comércio, o pessoal recebe décimo (décimo terceiro salário) e tudo tem como gastar, ao contrário ninguém tem dinheiro, o que é visado? Comércio, só, cultura não, comércio, tem dinheiro pra gastar vamos fazer a festa, não tem, não é quem vem se apresentar aqui. Você e o pessoal venham ver eles, porque é a verdade, eu digo que a verdade nas grandes festas São Benedito chegava o povão, viemos só pra ver a congada (ENTREVISTADO A, 25/ 01 /2019).

O festejo religioso folclórico na Lapa, conhecido como congos ou congados, acontece então anualmente na cidade e são divididos em dois grupos distintos: o grupo do Rei do Congo, com a sua fidalguia; e a Embaixada da Rainha da Ginga, com parte de seu exército e fidalguia (FERNANDES, 1977, p. 13). A corte do Rei contém visualmente uma influência portuguesa, representada nos costumes da nobreza portuguesa que acabou sendo refletida neste festejo, “influência que provavelmente se exerceu através dos conhecimentos que tinham dos antigos hábitos na nossa corte, que refletiam os dos antigos fidalgos portugueses” (FERNANDES, 1977, p.13), hábitos esses explicam-se através dos diálogos que acontecem durante as cenas, como as falas da fidalguia:

DUQUE:  
 Se eu não tenho a grande honra  
 De ser o senhor filho vosso  
 Tenho por grande brasão  
 De estimar-vos o quanto posso  
 Do nosso rei a grandeza  
 Desse cetro esplendor faz  
 De mim o teu tesouro que é (...) (FERNANDES, 1977, p. 68).

São palavras do Duque, um dos pertencentes à fidalguia, comentando sobre o pedido solene de festa a São Benedito. O mesmo percebe-se pelo Marquês:

Meu grande Ganaiame  
 Grande Rei e meu senhor  
 Dar-vos com tudo gosto  
 Para mostrar o meu amor  
 Quanto mais senhor hoje é o dia  
 Da nossa grande função

É um santo muito querido  
 Querido em meu coração  
 E assim para eu concordar  
 Com vossa real vontade  
 Farei tudo que puder  
 Para agradar majestade. (FERNANDES, 1977, p. 68).

Inclusive agora percebe-se a palavra Ganaíame de origem africana, fazendo referência ao Rei do Congo e do sincretismo religioso que é presente no auto, estando acompanhado de elementos cristãos, em territórios afro, além é claro da bajulação clássica da nobreza para com rei, durante o período de Absolutismo monárquico. Na corte do Rei do Congo, durante seu auto, são compostos, além dos soberanos, mais doze personagens: a Rainha, o Príncipezinho, o Príncipe, o Secretário, o Marquês, o Duque, e mais seis fidalgos, como assim conta nosso Entrevistado A:

Então, a congada são dois grupos e versos, é um grupo chamado Rei do Congo, composto pela realeza que é o rei do Congo[.]. Os de amarelo e azul são chamados os soldados da Rainha da Ginga, que no continente africano eram inimigos. A rainha da Ginga com o rei do Congo [...] (25/01/2020).

Apesar da influência portuguesa de se pensar uma realeza aos moldes do absolutismo europeu, os nomes que eles ocupam são de origem africana: “Ganaíame, o Rei, precedido sempre do título senhorial de zumbi; Ganatoiza, o Secretário; Guiziame, o Duque; e dos outros quatro fidalgos Boezniziame, Nanquim, Subam, Kantor” (FERNANDES, 1977, p. 13). Acontece uma variação do nome da Rainha, que se chama de Totoiza ou Totoiza-Name (Fotografia 1).

**Fotografia 1** – Apresentação da Congada Ferreira na cidade de Lapa em 26/12/2018



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao grupo que pertence à Rainha da Ginga, ele é composto por um Embaixador, dois caciques, dois guias, dez conguinhos, entretanto não se consta o nome destes representantes. O que chama atenção é a presença de dois caciques, mostrando um sincretismo religioso típico do Brasil, aparecendo inclusive a presença indígena no auto. Outro ponto de atenção com relação a esta influência ameríndia na congada são os capacetes dos conguinhos que há a presença de penas, lembrando vagamente cocares indígenas, todavia, seus nomes são africanos: Ajanes, Darquim, Sofala, Adofim, Raza, Anciso, Adel, Condar, Zaire e Beijo. A vestimenta dos congados, durante a apresentação do auto, também possui características próprias, a indumentária dos fidalgos é diferente da dos fidalgos portugueses, o qual eles chamam de “fardamentos”, que figuram uma jaqueta, calções, bolsa (vestida sobre os calções) e meias compridas. Mais sobre os “fardamentos” dos congados da Lapa, Fernandes (1977, p. 14-15) comenta:

Sobre o peito da jaqueta aplicam um grande coração, feito de papelão, forrado de cetim, sobre o qual fixam numerosos adereços (bijuterias), broches, pingentes, medalhas, etc. Cobre esta primeira indumentária uma capa, debruada de galão dourado e toda ornada de estrelas e meias-luas recortadas em papel prateado. Algumas dessas capas ainda levam, como adornos secundários, flores, feitas de um certo fio conhecido por “cabelo-de-

anjo”. Nos calções alguns colocam também estrelas e flores de papel prateado e galões. Todos trazem pequenos guizos presos à extremidade inferior dos calções. Não usam maçaquaias, mas sim umas ligas de couro, com guizos, que afivelam na extremidade inferior da coxa. Na cabeça trazem um chapéu de feltro preto, de abas largas rebatidas na testa. A face inferior da aba, além de revestida de cetim de cor, é bordada e adornada, por vezes, com adereços. Os chapéus são também enfeitados com penas coloridas à guisa de penacho. (...) Usam por cima da gola da capa uma gola de filó toda enfeitada de topes de fitas, cujas pontas multicores pendem ao longo da capa.

Além da roupa específica, os fidalgos do Rei do Congo trazem na mão direita uma bengala (bastão) e usam uma espada na cinta, que durante o auto são encenadas lutas entre os dois lados (Fotografia 2).

**Fotografia 2** – Apresentação da Congada Ferreira na cidade de Lapa em 26/12/2018, representação dos fidalgos do Rei do Congo



Fonte: Elaborado pelo autor.

No seu braço direito está presa uma fita e um ramalhete de flores artificiais. O porta bandeira não usa bastão, pois, ficam o tempo todo segurando a bandeira branca, com escamas de estrelas de papel prateado e no centro, a esfinge de São Benedito. Já os homens da Embaixada da Rainha Ginga são bem parecidos com os fidalgos portugueses, trazendo na indumentária do Embaixador e dos caciques, em sua maioria, jaquetas, contendo o coração de cetim adornado, capa, e apenas o Embaixador porta uma espada à cintura. Nenhum dele usa calção, no lugar usam saiotos adornados na cor vermelha com inúmeros enfeites como galões, flores e estrelas, “recortadas em papel prateado e topes de fitas de várias cores”

(FERNANDES, 1977, p. 15). No traje dos conguinhos percebe-se uma qualidade inferior e sem brilho, usam um saiote vermelho da cor de vinho, com pequenos adornos de galões e um laço de fita, jaqueta amarela. Os homens da Embaixada trazem na cabeça uns capacetes adornados de flores e estrelas de papel prateado, cheios de penas alteradas, e o Embaixador usa um figurino diferente na cabeça, sendo composto por um chapéu semelhante dos fidalgos, traz também consigo uma espada e uma lança enfeitada com fita. Sobre isso o Entrevistado B, comenta:

e o único que não entra com bengala é o embaixador, o embaixador já entra com a espada mesmo. O Príncipe, o secretário e o porta-voz que fazia um porta-bandeira (ENTREVISTADO B, 25/01/2020).

Percebe-se que a vestimenta das congadas é exclusiva e de uma criatividade inigualável, mas toda esta criatividade não custa barato, elas são exclusivas e são encomendadas, tendo um preço elevado que não permite que sejam feitas com certa frequência. O alto preço das vestes faz com que a congada da Família Ferreira tenha que cobrar um preço pelas suas apresentações, pois, o grupo possui custos com deslocamento, instrumentos e as indumentárias, preço este que muitas vezes não é compreendido por quem assiste ou pretende contratar a congada para se apresentar, como relata o Entrevistado B:

nós fomos ver pra fazer uma esses tempos né que tava precisando, né, acho que iria fazer, pedimos para a prefeitura uma roupa só de rei, e nos falaram que não tem verba para isso. Nós também não temos verba, por isso não fazemos apresentação gratuita, pois, não temos apoio necessário. Às vezes reclamam do valor da gente, às vezes querem até diminuir um cachê, né pra poder fazer a apresentação, que não querem pagar aquilo que pedimos, não. Cada roupa sai na barra de seiscentos, setecentos reais, é só roupa do rei e ela é pesada, fora os instrumentos e a roupa das crianças (ENTREVISTADO B, 25/01/2020).

E ainda sobre sua roupa, o Entrevistado B continua detalhando o seu feitio e como e o que usa:

a minha roupa vai camiseta de coração, a capa, espada, bengala e os adereços, na verdade é muito grande, só na calça vai dois adereços, vai a calça e mais um outro calção por cima, e depois capa gandula, espada, coração, bengala (ENTREVISTADO B, 25/01/2020).

Inclusive o fator econômico para manter uma indumentária desta, com instrumentos e tempo hábil para ensaiar, vem sendo um problema constante e contribuindo para o desaparecimento deste tradicional festejo folclórico.

Além de todas as vestimentas, o festejo folclórico das congadas conta com instrumentos musicais, para que ditem os ritmos do auto e ao mesmo tempo narrem as situações em que se encontram, dando um entendimento claro para o público que assiste, porque é possível ao mesmo tempo ouvir os cânticos com instrumentos e ainda assistir à apresentação. As músicas da congada trazem três tambores, uma rabeca e uma sanfona, e eles utilizam uma indumentária bastante simples, usando uma jaqueta, com pequena manta, não faltando o capacete adornado de penas, além de violão e viola. Tais instrumentos compartilham da dificuldade do alto preço para se mantê-los afinados e utilizáveis, e a cada ano fica mais caro manter este preço elevado das manutenções dos instrumentos, como cordas, afinação, entre a compra de outros instrumentos com viola, violão, rabeca, sanfona e tambores. Instrumentos musicais de qualidade são caros e como não deveria ser diferente, para um grupo ter uma qualidade em suas apresentações é preciso manter a qualidade em seus instrumentos:

olha os instrumentos que são a viola, o violão, rabeca, sanfona, três tambores, então, né? Tudo de fora, tudo de fora, foi quebrado o Arco da rabeca agora há pouco tempo, e em um encontro em Palmeira encontrei um vendedor, perguntei se tinha rabeca, e acabei pagando setenta reais num arco de rabeca, que é só o pauzinho ali com uma crininha de cavalo. (...) cada couro dos bumbos, que nós temos que pedir de fora, custa seiscentos a setecentos reais, e que em poucas 'passadas' já estoura, e não podemos utilizar o corão grosso, tem que ser o fino, que se não o som não sai (ENTREVISTADO A, 25/01/2020).

No centro do auto, o Rei do Congo possuía um significado próprio, assim como sua coroa faz uma representação de falsos valores para os descendentes africanos. sobre as vestes do rei e do Embaixador e as mudanças ocorridas na indumentária de ambos, Fernandes (1977, p. 17-18) comenta:

A indumentária do Rei merecia especial cuidado: a sua coroa de papelão, sempre revestida de papel dourado, trazia adornos secundários que realçavam falsos valores. O manto tinha particular significado protocolar, que hoje não mais conhecem; antigamente tinha o Rei duas capas, uma cor azul e outra de cor vermelha, ambas enfeitadas com galão à roda. A indumentária do Embaixador era outrora digna sempre de particular referência; não usava calções, nem bolsa, mas sim uma saia de cores vistosas e uma capa azul ou vermelha que em geral lhe descia até o alto da panturrilha.

Talvez a mudança tenha acontecido ao longo do tempo pela dificuldade da confecção da roupa, ou talvez da reorganização de importâncias dentro da própria tradição, importâncias estas que foram se perdendo ao longo dos anos devido a mudanças de costumes da própria sociedade. Fernandes (1977) nos traz que no início

da congada da Lapa, que possui seus duzentos anos, era comum que as famílias mais ricas da cidade, famílias estas que eram detentoras de escravos em outrora, acompanhassem as congadas e emprestassem suas joias em ouro para a realização do auto, para um maior brilho dos adornos dos congos.

Era de vê-los com os suntuosos cordões portugueses, em fino ouro lavrado, contornando os grandes corações de papelão forrado de cetim, que traziam sobre o peito carregados de broches, medalhas e outros adornos. A fidalguia tinha também seus chapéus de largas abas, beirados pelos cordões de ouro, e dos quais também pendiam numerosos pingentes (FERNANDES, 1977, p. 17).

Além dos adornos, comenta-se que era comum que algumas famílias devotas de São Benedito, ajudassem os congados com suas vestes, principalmente na confecção das mesmas, antes da abolição, era comum que as famílias “donas” do negros arcassem com todas as custas de sua vestimenta. Entretanto, após a abolição, a maioria das famílias acabaram abandonando seus representantes negros, que passaram então a se vestir por conta própria, entretanto as dificuldades não fizeram a festa parar, “depois de libertos continuaram os pretos as suas festanças, às quais já se integravam outros elementos, mulatos ou mesmo brancos” (FERNANDES, 1977, p. 17).

### 3.2 TUDO TERMINA EM FESTA

O auto da congada da Família Ferreira ou como ela é conhecida, Congada da Lapa, possui doze cenas que acontecem ao longo de uma hora e quinze minutos, aproximados, de apresentação. Todas estas cenas são acompanhadas com acordes e cânticos voltados para as congadas e em louvor a São Benedito. As cenas também contam com versos ensaiados por alguns participantes, para dar vida à apresentação. Sobre estes versos, cânticos e cenas abordar-se-á no presente tópico.

A primeira cena, ou como é conhecida como Cena 1, recebe o nome de Desfile Inicial. Antigamente no início da congada, ela começava com o Rei indo até a residência de algumas autoridades da cidade, dançar seu séquito em preito de homenagem, ganhando assim respeito e apoio das autoridades locais que lhe davam maior prestígio e poder. Já com a Congada da Lapa, ela acontece de maneira diferente e teve em sua história duas formas de acontecer. Comentarei primeiramente a forma mais tradicional e que antes era feita; em seguida comento como ela está sendo representada nos dias de hoje. Inicia com o desfile, entrando no grupo de frente

ou inicial, Cacique, conguintos e Embaixador, que sai pelas ruas da cidade em direção da casa do Rei, para que em sua companhia possam seguir em direção à casa da Rainha, donde a companhia seguirá caminho em direção ao santuário de São Benedito. Sobre isso, Fernandes (1977, p. 24) comenta: “é praxe que, aí, seja feita a reza a São Benedito, o padroeiro dos pretos, antes de representear o pequeno auto, que, no ano de 1951, realizou-se num tablado construído frente ao templo”.

Em seguida acontece a posse do Rei, entrada dos fidalgos que aos pés do trono, em fila, desembainham suas espadas e se ajoelham para receber o Rei. Majestosamente o Rei, acompanhado da Rainha e do Príncipezinho, se dirigem ao trono.

Atualmente, a Congada da Lapa retirou a parte dos cortejos pelas ruas da cidade, como em uma questão de tempo da apresentação e para poder se enquadrar na ideia proposta pela paróquia. Assim, o auto começa com o trono posicionado em frente ao Santuário de São Benedito, tendo a entrada dos fidalgos, ajoelhando-se, desembainhando suas espadas à espera do Rei (Fotografias 3 e 4), que entra acompanhado de sua Rainha e seu Príncipezinho.

**Fotografia 3** – Início do auto Cena 1 – Congada Ferreira, cidade de Lapa, em 26/12/2018



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Fotografia 4** – Início do auto Cena 1 – Congada Ferreira, cidade de Lapa, em 26/12/2018



Fonte: Elaborado pelo autor.

Além desta mudança, o Entrevistado A comenta outras mudanças que o auto sofreu ao longo do tempo e seus motivos:

(...) antigamente tinha o boi, era como meus irmãos e pai né, os mais velhos faziam, aí quando chegou numa altura, começamos ter muita dificuldade pra montar o boi, porque ele era feito de cesto, aí tinha que mandar fazer o cesto e aí que eu falei pra você, sem apoio não tinha como mandar fazer esse cesto, e vinha tudo de Santa Catarina. Acabamos então retirando o boi, sai fora da tradição da congada, e também né, porque não era a tradição da congada mesmo. Como funcionava, era o boi que saia pela rua, com toureiro e tudo, tudo, com os burricos do lado, mas era um cortejo muito bonito sabe, daí saia pelas ruas aqui, dias de Reis era feito. Daí percorria, nós tinha uma capela que era de São João Maria, saia daqui e percorria a cidade inteira cortejo e quando nós chegava na frente do Pontilhão, que acontecia a morte do boi, né o toureiro com a espada matava o boi (25/01/2020).

Percebe-se uma preocupação com a tradição e ao mesmo uma decisão do que é importante ou não permanecer no auto durante os anos. Assim, como um patrimônio que é decidido o que fazer, como fazer e o porquê fazer, a congada não é diferente, estando sempre à mercê de seus “proprietários”.

A partir deste momento contarei como o auto segue e seguirei descrevendo todas as onze cenas restantes. A história contada na Congada da Lapa não se passa de um mal-entendido. O Rei do Congo com seus súditos decidem fazer uma festa, convidam todos os membros de seu reino, assim como seus fidalgos. A Rainha da Ginga, que no momento era líder de um reino rival, devido a disputas territoriais e de acordos com portugueses, decide enviar seu Embaixador para esta festa, sem ser convidado. Os soldados do Embaixador eram soldados festeiros e gostavam de dançar, seguiram em direção à festa e logo foram avistados pelos batedores do Rei,

que é avisado da presença do Embaixador da Rainha da Ginga e manda seus soldados interceptá-los. Em seguida acontece um conflito entre os soldados do Rei com os soldados da Rainha da Ginga, até que no momento são presos e levados até o Rei. Na presença do Rei é explicado o mal-entendido e o Embaixador comenta que está na festa para fazer as pazes entre os dois reinos. O Rei do Congo concede o perdão em nome de São Benedito e a festa em comemoração continua. Todas estas cenas acontecem acompanhadas de cânticos tocados pelos músicos. Agora comenta-se como as Cenas são colocadas no papel. Assim, como nos conta o Entrevistado A:

Então, a congada são dois grupos e versos, é um grupo chamado Rei do Congo, composto pela realeza que é o rei do Congo[.]. Os de amarelo e azul são chamados os soldados da Rainha da Ginga, que no continente africano eram inimigos. A rainha da Ginga com o rei do Congo [...]. A rainha da Ginga era muito poderosa nesse contexto. Nesse reinado do Rei do Congo e da Rainha da Ginga acontece o entrevero lá. O rei está comemorando uma festa no palácio dele com os soldados dele e a Rainha da Ginga manda um grupo de soldados com o embaixador para participar dessa festa sem serem convidados. Mas eles vão com um grupo de soldados para dar os parabéns para o Rei e participar da festa (...) são cantores e eles gostam muito de dança, [...], mas o intermediário do Rei, que é chamado o porta-voz, porta bandeira, braço direito, e o príncipe que, é filho do rei, vão ao encontro do embaixador e veem o murmúrio que vem vindo. Os soldados da rainha da Ginga, cantando e com lanças. O rei manda que eles vão se antecipar no caminho, vão e provocam uma guerra entre eles. Então, descem os soldados do rei [...], os soldados da rainha da Ginga promovem uma guerra até sair a prisão do embaixador. O rei manda que prenda o embaixador, [...] os soldados do rei e lá, nos pés do rei, eles começam a conversar [...] Aí o rei vê que foi um mal-entendido, pede desculpa pro embaixador, [...] [que] também pede o perdão pro rei e é selado um laço de amizade entre eles e vira tudo em festa (25/01/2020).

Elementos importantes são trazidos nas falas, como cores e vestimentas, nomes de personagens e funções que lhe são atribuídas. Muitas vezes um pouco confuso em suas falas, momentos de guerras que seriam de diálogos, em seguida conflitos momentos esses que se continua descrevendo.

Cena 2 recebe o nome de “Fala do Trono”, na qual o Rei convida a fidalguia a celebrar com todo o mundo cristão o dia de São Benedito.

Príncipe, Secretário e outros fidalgos:  
 Todos alevantem-se e cheguem cá  
 Hoje é o dia celebrado  
 Por todo mundo cristão  
 Do grande Santo Benedito  
 Na mais brilhante função  
 Com festas, danças, contradanças  
 Porque de quem lembram hoje  
 É do Santo Benedito  
 Vós, Príncipe que nesta função  
 Haveis agora de entrar  
 O pago deste festejo  
 São Benedito vos há de dar (FERNANDES, 1977, p. 63).

Assim, os fidalgos cumprem o desejo do rei. Percebe-se toda a devoção e reverência a São Benedito, o que é compreensivo pela participação da população que vai ao local do Santuário no dia da apresentação, não apenas para assistir ao auto, mas também em devoção ao que a congada representa. Termina-se a Cena 2 com os envolvidos dançando e cantando com fervor e gargalhando, ora em conjunto, ora sozinhos (FERNANDES, 1977, p. 26).

Em sequência na Cena 3, chamada de “Dança dos Fidalgos” acontece a primeira dança do auto, sendo conhecida como 1º baile. Sobre ela Fernandes (1977) comenta:

(...) esta é a parte mais rica, não só pela movimentação em conjunto como também nas manobras individuais, nas quais é dado bem apreciar as possibilidades, sob o ponto de vista artístico, de cada bailarino em particular. (...) uma música em cujo ritmo são predominantes as influências dos membranofones evocativos dos batuques da África selvagem. (FERNANDES, 1977, p. 26).

Lideram estas danças, o Príncipe e o Secretário, como chefes de fila, e cabe exclusivamente ao Príncipe a função de guiar toda a fidalguia na evolução da dança, fazendo isto com o auxílio de um apito, com qual além de dar o sinal de início das evoluções, comanda a música. Além da presença marcante do Príncipe, Fernandes (1977) salienta a presença do porta-bandeiras:

A figura que mais se destaca, pela sua constante atuação nas danças, é a do Porta-Bandeira. Para o desempenho dessa função, faz-se mister não só a agilidade, mas também resistência física, porquanto o Porta-Bandeira, além de dançar nas evoluções de conjunto, funciona na parte dramatizada, por assim dizer, como um mestre de cerimonial (...) (p. 27).

Fechando assim a Cena 3, sendo um momento de dança e festividade. Ainda relacionado à Cena 3, percebe-se a união do Reino do Rei do Congo, quando no auto são ditos os seguintes versos:

Assim venham todos  
Os moradores dos bosques  
Brenhas e serras assistir  
Aos festejos de nossa querida  
Terra, Guizame, Boenizame  
Naquim, Subão e Cantor.  
Oh! Filho de minha alma  
Vinde a mim com puro amor  
Falai, falai querido  
Todos prestai nesta função

Venham todos alegres e contentes  
 Cheios de amor e respeito  
 Que é para com Bamba Coquina  
 Dares gosto a meus peitos (FERNANDES, 1977, p. 66).

Assim, o Rei convida seus próximos, mas também convida todos dentro do reino que estão de acordo com o cristianismo e que ao mesmo tempo ainda veneram seus antigos deuses, costumes ou práticas. É de um sincretismo visível nestes versos e que também não deveria gerar estranheza ao ver os cavaleiros da Rainha da Ginga se aproximando, entretanto, os reinos estavam em conflito, motivo que explica o conflito que acontecerá logo mais.

A Cena 4, chamada de A Chegada da Embaixada da Rainha de Angola, que fica conhecida como primeira guerra, devido à chegada do Embaixador da Rainha Ginga de Angola com seu séquito, causando um alvoroço e preocupação dos soldados do Rei, acarretando tumulto e desconfiança. Esta cena contém a presença da desconfiança do Rei com relação às intenções do Embaixador da Rainha da Ginga em suas terras, é compreensível também pela resposta que o Embaixador dá ao Príncipe quando lhe é perguntado o que faz em terras do Congo e quem são eles:

EMBAIXADOR:

Que te importa maroto  
 Que te importa atrevido.

E, por fim, brada em alto tom:

O Embaixador pede entrada  
 Para sua embaixada dar  
 Vem lá dos centros dos bosques  
 A meu Rei apresentar  
 Trago gente toda luzida.  
 Que também sabem dançar  
 E cantar assim como nas batalhas  
 Sabem as suas armas manejar  
 Mas já são três vezes que eu brado  
 Ó Príncipe, devias me escutar! (FERNANDES, 1977, p. 71-72).

Compreende-se a arrogância na fala do Embaixador e que também se carrega um orgulho de fazer parte do reino da Rainha da Ginga, reino este que era grandioso, assim, não poderia justificar-se muito e informa que seus soldados também sabem dançar e cantar. Logo em seguida o Príncipe pede ao Secretário que vá contar ao Rei que sofreram insulto e que é o Embaixador da Ginga faltando com respeito e que pretendem dominar o reino:

Vai Secretário, corre

Corre Ganataoiza depressa  
 Vai o Rei dizer  
 Que o insulto que aqui entre nós  
 Acabamos de sofrer  
 Que é um Embaixador faltando com  
 O respeito  
 Parece  
 Que quer fazer  
 Do nosso reino sujeito! (FERNANDES, 1977, p.72).

E, assim, faz-se o mal-entendido, antes de começar o conflito após o retorno do Secretário com as ordens do Rei para defender o reino, o Embaixador informa que não vem fazer guerra:

Suspende Príncipe a guerra  
 Não me faça sangue correr  
 A mim não venham guerrear  
 Sim uma oferta venho fazer,  
 Sou um fiel Embaixador  
 E do meu Rei e do meu senhor  
 Venho te trazer amizade  
 Em troca de teu amor (FERNANDES, 1977, p. 74).

Em sequência o Príncipe ordena que o Secretário retorne à presença do Rei para informá-lo que o Embaixador deseja vê-lo e que tem honra. Assim, o Rei responde: “diz que ele tem licença e que pode assim chegar” (FERNANDES, 1977, p. 75). Percebe-se toda uma delicadeza nas palavras e uma tradição das monarquias absolutistas europeias, que certamente serviram de inspiração na elaboração do auto, não há apenas sincretismos religiosos, mas também uma mistura racial e cultural. Desde a presença de um rei, uma corte, fidalgos, formas de tratamento, que é tão corriqueiro do antigo regime europeu, que aqui se faz presente. É claro que as tradições são inventadas, assim como dentro da sociedade lapeana, o seu centro histórico foi uma construção, a longo prazo, de interesses. A ideia impressa dentro da congada também pode ter tido uma pitada de invenções de suas tradições como comenta Hobsbawn (HOBSBAWN, 1997, p.11)

É natural que qualquer prática social que tenha de ser muito repetida tenda, por conveniência e para maior eficiência, a gerar um certo número de convenções e rotinas, formalizadas de direito ou de fato, com o fim de facilitar a transmissão do costume.

Por mais que as tradições africanas de reinados sejam diferentes, dentro da congada acaba-se por adotá-las, apesar de a sociedade brasileira ter convivido muito

pouco com estas tradições, pois, durante o Brasil Colônia e Primeiro e Segundo Reinado, as tradições aqui eram diferentes.

Cena 5 – Entrada do Embaixador, que acontece ao som de uma marcha de ritmo marcial, encaminha o embaixador em direção ao trono, acompanhado do Príncipe e pelo Secretário. Ao chegar na presença do monarca, em sua saudação, diz palavras africanas: Bacumbo, eito, icareito, Bamba Caquima, que apesar de ser uma tradição dentro da congada, não se sabe seu significado (FERNANDES, 1977, p. 29). Na presença do Rei e do Embaixador, o Príncipe confirma o equívoco:

Pai senhor Ganaime  
Foi um engano que eu tive  
E causou este motim  
Até que me desenganei  
Que daquela guerra dei fim (FERNANDES, 1977, p. 77).

Ao conversar com o Rei, o monarca o informa de que da maneira que chegou ao seu reino levantou suspeitas de conflito, em suas respostas o Embaixador acaba ofendendo o Rei, ao saber que a chegada da embaixada causou espanto e estranhes, e que nunca antes tinha sido desrespeitado:

Nem descuido nem tão pouco-caso  
Nunca eu pensei que um Embaixador  
Se julgasse em tanto atraso e  
Não é a primeira embaixada  
Em que um rei eu tenho dado  
Em todas as minhas missões  
Eu tenho sido respeitado (FERNANDES, 1977, p. 77).

O Rei por sua vez, ofendido, diz que o Embaixador parece estar pela primeira vez no cargo, pelo tumulto que gerou. Insultado, o Embaixador decide pelo conflito então:

Exercido me parece  
Quem não está és tu  
Para receber a embaixada  
Tu me pareces ser um rei  
Das nações mais atrasadas.  
Não cuides que  
Morte me causa e susto horror.  
Para defender o meu trono  
(...) Assim é que se insulta os enviados  
É do meu rei e meu senhor.  
Agora tu verás embaixada  
Que traz este nobre Embaixador.  
Lança nos meus peitos essas tuas armas  
Que eu delas não temo (FERNANDES, 1977, p. 78).

Tal situação acaba gerando uma movimentação do Príncipe, do Rei e dos fidalgos, que continua na Cena 6.

Com a Cena 6 – Declaração de Guerra, o Embaixador desafia o Rei e toda a fidalguia, despertando a ira do Rei que incita a Guerra:

Às armas vassalos meus  
Guerra, guerra contra este atrevido  
Vou mostrar o quanto pode  
Um rei de Congo ofendido (FERNANDES, 1977, p. 81).

Percebe-se a presença e a fidelidade dos vassalos para com o Rei do Congo, em sequência o Príncipe repete as palavras de Guerra entre seus homens:

Pai Rei sossegue seus peitos  
E console seu coração  
Eu com estes meus braços valentes  
Mostrarei nesta função  
Dizem que são soldados valentes  
Que pisem maior estado  
Mas eles todos morrerão  
No golpe de minha espada.  
Arma, Arma  
Guerra, Guerra  
Que arda a terra  
Corra sangue por ela (FERNANDES, 1977, p. 81).

Neste momento durante o auto, as espadas são desembainhadas e começa cenas de lutas e danças entre os soldados reais e os homens do Embaixador, acompanhadas de batuques e encenações. Sobre esta cena percebe-se um significado militar ou uma fidalguia reverente, “em preito de submissão, e vassalagem ao trono”, que era tão esperada de uma corte de sociedades do antigo regime.

A Cena 7 – Segunda Guerra, Luta entre Fidalgos do Congo e Gente de Angola – Prisão do Embaixador, cena que representa um violento combate, cujo término se dá com a chegada do Rei do Congo ao campo de luta, acompanhado do seu Porta-Bandeira e o Príncipezinho. O Rei toma uma pistola, que o Príncipezinho entrega-lhe, ao apontar para o Embaixador, o mesmo que cai por terra assustado. Surpresos, seus homens se ajoelham ao Rei e entregam suas armas e são todos presos. Este momento é acompanhado de um cântico feito pelos conguinhos, ajoelhados cantam:

Não queremos guerra,  
Queremos paz.  
Mas chorando por ela

Vencer ou morrer (FERNANDES, 1977, p. 82).

Em sequência, a Cena 8 – Chegada dos Prisioneiros à Corte do Congo, narra o momento em que os presos retornam ao Reino do Congo, dando ênfase ao Embaixador, que chega preso próximo aos fidalgos do Rei, que se encontram em forma de um corredor, com as espadas cruzadas. Ao chegar próximo do Rei, são ajoelhados e aguardam o julgamento real.

Na sequência das Cenas 9, 10 e 11 são definidos diálogos mais abertos e as confusões são desfeitas.

A Cena 9 – Perdão Real é o momento em que acontece um diálogo entre o Rei e o Embaixador, muito honesto, terminando com o Rei do Congo concedendo o perdão para o Embaixador, em um gesto de tecer o cetro sobre a cabeça o Embaixador, proclama perdão “Guerreiros e prisioneiros de chave e cadeados, pelo louvor do grande São Benedito, todos são perdoados” (FERNANDES, 1977, p. 38). São devolvidas as armas dos prisioneiros, e o Rei novamente convida o Embaixador a sentar ao seu lado e a “dizer a sua embaixada”.

A Cena 10 – Entre da Embaixada, além de explicar o motivo da visita, contém elementos religiosos de adoração a São Benedito. Sobre isso Fernandes (1977, p. 40) traz:

(...) dá a entender que é enviado do reino de Angola, da Rainha Ginga, a qual, sabendo que pelo Rei do Congo era celebrada a festa de São Benedito, determinou enviar uma embaixada e testemunho de seu respeito e amor ao santo mais sublinhado. Embaixada constituída de toda a flor de sua nobreza. Termina manifestando o seu gesto de beijar as mãos reais e de, finalmente, poderem os músicos e dançarinos mandados com a embaixada participarem da brilhante função. Com esse esclarecimento, manifesta o Rei a sua alegria em saber a justa razão da embaixada da grande Rainha, à qual tributa o seu respeito e, oferecendo a aliança a sua cora e de Estado, termina afirmando que o grande São Benedito saberá dar-lhe bom pago.

Percebe-se a adoração a São Benedito e como o santo é colocado como pivô de conciliação, estabelece-se uma construção para a adoração do santo preto com todo o auto. Em continuidade, os músicos entram e retomam a comemoração.

A Cena 11 – Despedida do Embaixador de Angola trabalhará a saída do Embaixador do reino com a reverência de toda a fidalguia, em forma de despedida, que é representada pelo ritmo da música. Saudação ao Embaixador e seus homens são feitas, começando pelo Rei e sendo seguidas pela fidalguia, a qual aponta-se também para o final do auto.

A Cena 12 – Desfile final, Danças e Cantos Finais de Confraternização, é um momento coreografado, sendo feita pelos homens da embaixada e da fidalguia, que em fila cantam seus cânticos, que são chamadas de cantigas da rua, como “Menina baiana” e entrecruzam-se uns com os outros, volvendo novamente, percorrendo todo o espaço que lhes são delimitados.

Mundialmente, o dia de São Benedito acontece todo dia 4 de abril, data da morte do santo. Entretanto, no Brasil esta data mudou para o dia 5 de outubro, autorizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo Vaticano em 1983. Porém, na cidade de Lapa a comemoração acontece em dezembro e nota-se que a questão econômica contribuiu para que a festa da Congada se realize no dia 26 de dezembro, significando um ganho a mais para a comunidade local. Nesta época o público tem mais condições para contribuir com a festa, gastando com os produtos ofertados na mesma, no comércio local. Mas, em alguns anos a festa na cidade da Lapa era realizada no domingo seguinte ao dia 26 de dezembro e também no dia de Reis, seis de janeiro, data comemorativa da Igreja Católica.

Sobre a realização da Congada da Lapa, realizada em louvor a São Benedito, Fernandes (2002, p. 8) assevera que:

As festas de São Benedito, na Lapa, sempre foram muito concorridas e para sua realização, muito contribuiu o entusiasmo dos integrantes da irmandade do milagroso santo. Dessa irmandade participavam ativamente os próprios figurantes da congada, fato este que, por certo, influiu por muito tempo para que a brilhante manifestação de culto, que foram essas congadas, não se dissociasse da devoção que os pretos consagram a São Benedito.

Mesmo a congada tendo sofrido mudança de data do dia cinco de outubro, dia da Festa de São Benedito, para o dia 26 de dezembro, ela sobreviveu e ainda acontece todo ano na cidade da Lapa. Sua realização se dá pela família Ferreira em parceria com a Igreja Católica.

Ao longo dos anos esta festa foi realizada em vários locais da cidade como a praça central, acesso ao lado da Igreja Matriz, e na parte da frente da Capela de São Benedito, local em que mais vezes aconteceu o festejo. A influência do culto a São Benedito é inegável. Devido a isso a população da cidade acaba participando ativamente do festejo, como comenta o Entrevistado A:

Quem pede a festa é a diocese, por causa da questão de São Benedito, porque a Congada, na verdade, ela dança em louvor a São Benedito, todos os versos, cantos, declamação que te falam em São Benedito. Então nada mais, nada menos que louvar a São Benedito. Então, aí, quem tem que divulgar, quem tem que fazer toda essa

programação é a Igreja. É um convite que a Igreja faz [...] no dia vinte e seis de dezembro é tradição já. Todo mundo conhece, todo mundo sabe que dia vinte e seis (de dezembro) tem congada na Lapa (ENTREVISTADO A, 25/01/2020).

Assim, dentro da sociedade religiosa católica lapeana a realização da congada seria uma união de uma tradição (que pode ter sido inventada aos moldes de Habsbawn) com o dia de São Benedito. Convincente ao ponto de a cidade estar acompanhando a congada justamente pela devoção que a cidade tem pelo santo preto. Assim o Entrevistado A, complementa:

[...] quando foi montada [...] foi junto com São Benedito. Sabe que a devoção é muito grande [...], em tudo que se vê. Todos os versos falam em São Benedito, todos os cantos falam em São Benedito, então, desde quando foi montada, foi feito uma promessa pelos antepassados lá e fazer todo dia vinte e seis (de dezembro) fazer para São Benedito. Sabe-se que o padre e a diocese aceitaram, claro.[...] (ENTREVISTADO A, 25/01/2020).

Há uma autorização da igreja para estar realizando o auto neste dia, unindo com a data da inauguração do Santuário e por seus versos “tocarem” no coração dos devotos.

Fica evidente a importância dada pela Igreja ao trabalho desenvolvido pelo grupo da Congada Família Ferreira para que se possa manter viva a manifestação religiosa e festiva, assim como o elemento religioso baseado no culto a Santo Benedito e toda a devoção que é feita, desde seus versos, seu local, sua realização, tudo lembra o santo.

De acordo como o Entrevistado C, a relação entre Congada e Igreja é de perfeita harmonia, ambos os lados se dão bem e são considerados “amigos” pois a parceria entre a Igreja e o grupo é uma tradição já pertencente à cidade. Também comenta que a data de realização da Congada não contribui muito para um apelo turístico, como relata:

Não é muito turístico, exatamente pelo fato de que a data não ajuda muito. É no dia 26 de dezembro, então muitas pessoas estão em viagem para outros locais ou estão com as famílias. É um evento mesmo para a cidade, pois, é com eles que ela encontra significado. É comemorado nesta data, pois, o dia 26 de dezembro é o natal dos escravos. Após a ceia de Natal do dia 24 e do almoço do dia 25, os senhores de escravos repartiam suas sobras com os escravos, saindo, assim, pelas ruas distribuindo alimentos e tendo uma espécie de procissão (ENTREVISTADO C, 25/01/2020).

Neste trecho, além das informações referentes à realização da Congada no dia vinte e seis de dezembro, apresenta-se mais um dado histórico importante para a

realização da festa nesta data, relacionando essa data com o Natal dos negros escravizados no Brasil, quando recebiam as sobras das ceias de seus senhores. Mas a devoção a São Benedito é o principal motivo de realização da Congada da família Ferreira. Ainda, segundo o Entrevistado C,

a congada é uma devoção religiosa que possui uma liturgia própria, a qual não é reconhecida pela igreja oficialmente, mas que no Brasil ganhou muitos fiéis e adeptos, fato que leva a maior festa da congada que acontece na cidade de Aparecida do Norte, recebendo mais fiéis que a manifestação de Nossa Senhora Aparecida (ENTREVISTADO C, 2019).

A relação entre a população da cidade com a manifestação cultural parece ser bem harmoniosa, como lembram ambos entrevistados (A e C). Entretanto, se a população local assiste, apoia e participa da devoção, os próprios participantes da Congada encontram dificuldades para a realização da festa, como conta o Entrevistado B:

[...] aqui na cidade a questão é que tem muita gente que acha que nós não fazemos as coisas pra Congada dentro da cidade por conta que tem muita gente que acha que o grupo vive disso. A questão é que, às vezes, já cansaram de falar pra nós, como 'no lugar de ensaiar no domingo porque que não fazem uma apresentação em si', mas (acontece que), o próprio pai vai para o ensaio três horas da tarde, para cinco horas tá lá na Câmara Municipal trabalhando. Não tem como nós estar fazendo uma apresentação para daqui a pouco tem que estar no serviço mesmo, todos temos uma vida fora daquilo né. Fazemos porque gostamos, mas não vivemos disso [...] (ENTREVISTADO B, 25/01/2019).

Os integrantes da Congada não possuem uma dedicação exclusiva com o grupo (como eles afirmam). Todos trabalham em outros setores, o que muitas vezes é complicado para ensaiar, deslocar, comprar instrumentos, recrutar novos colaboradores, ou até mesmo se apresentar. Com isso o número de participantes pode ser reduzido, chegando até a cancelar a apresentação.

Apesar de ser uma manifestação religiosa, a maioria das empresas em que os participantes trabalham não oferecem licença para a participação na festa, tornando-se este um dos aspectos a mais entre as dificuldades encontradas pelo grupo da Congada Família Ferreira, como relata o Entrevistado A:

[...] as empresas, infelizmente, também não apoiam muito a cultura, né, não digo [...] empresa grande, mais aqui pequenas na Lapa não, não apoiam. Nós tivemos falta de pessoal nessa festa de São Benedito aí de volta, porque o pessoal que trabalhava, é feriado, é dia santo aqui dentro da cidade, mas fora da cidade não, e mandamos ofício tudo, mas eles não quiseram liberar, inclusive tivemos funcionários ameaçados, "ou você trabalha ou você vai pro grupo", "tchau e benção, porque se não trabalha mais". [...] É complicado né, vocês têm família para sustentar e nós não vivemos disso né.

Nós estamos dentro lá porque gostamos tudo, mas nós não vivemos disso. [...] aí que eu falo pra vocês, começa a ficar difícil de se manter, né?! [...] (ENTREVISTADO A, 2019).

Entende-se a importância que tem a participação no grupo, porém, ao mesmo tempo percebe-se uma certa dificuldade dos participantes, tanto para os ensaios, como para a apresentação do grupo da Congada Ferreira, por não conseguirem dispensa do trabalho. Ao apontar esta dificuldade, o referido entrevistado faz um apelo para manutenção do grupo da Congada, pois se nada mudar não sabem se o grupo que existe desde o século XIX, e ainda faz apresentação na cidade, conseguirá se manter. Quando questionado pelo que vem pela frente, quais são os anseios do grupo para o futuro, o que eles projetam, assim comenta o Entrevistado A:

[...] eu acho que se não tiver uma parceria pra frente, eu acredito que vai acabar, tá! Essa parceria podia vir de vários setores [...] eles, né, poder Executivo tem o poder muito grande de se comunicar com as empresas [...], a educação também tem um poder muito grande de levar pra dentro das salas de aula, né. As empresas nem se fala, uma comunica a outra, eu não posso arcar com tudo isso, vamos fazer uma junção todas nós aqui vamos auxiliar (ENTREVISTADO A, 25/10/2020).

Ainda sobre a importância da Congada em louvor a São Benedito – Lapa-PR e a preocupação com sua manutenção como manifestação cultural religiosa, o mesmo entrevistado expressa suas preocupações:

[...] A gente fica preocupado com isso, porque já que a Congada fez duzentos anos, eu queria que não morresse tão fácil. Mas com o tipo que tá acontecendo, a geração nossa que tá vindo, eles podem ser tudo da família, mas o que eles tão vendo que não tem apoio, eles não vão tocar pra frente [...] [...] vários moram longe, não moram perto de aonde é o local de ensaio, sabe tão é um final de semana, quando é o domingo de ensaio, malmente eu já digo, nós almoçamos e não tem descanso, e só retorna à noite, praticamente já tá anoitecendo. Então vai chegar numa altura que eles vão desacomodar disso, eles estão fazendo tudo isso pra quê, se nós não temos apoio? [...] (ENTREVISTADO A, 2019).

Nota-se uma preocupação com as futuras gerações que também fazem parte do grupo, para que essas possam dar continuidade à manifestação cultural de duzentos anos, portanto enraizada na cultura lapaense. Como comentado, crianças e adolescentes fazem parte da manifestação, são muitos inclusive, e sua grande maioria pertencentes à família, como netos, sobrinhos, afilhados, filhos. São eles que irão manter as tradições vivas, assim como foi passado de geração a geração, e pretendem dar continuidade. Entretanto, se não conseguirem apoio, visibilidade, instrução ou incentivo, segundo o Entrevistado A, irão abandonar por falta de perspectiva.

A possibilidade de um fim é preocupação da maioria das manifestações culturais e, neste caso, principalmente as religiosas, pelo fato da desconstrução ao longo do tempo em cima das religiões de matrizes africanas, com muito preconceito, ao mesmo tempo que os surgimento de novas religiões atuais faz com que se perca parte das matrizes mais antigas. Antes, é necessário que a valorização cultural signifique algo para alguém ou para um grupo, uma comunidade, que ela se identifique e, a partir disso que comece a preservar e proteger o bem patrimonial.

Outro ponto interesse é o comprometimento dos participantes do grupo. O Entrevistado A aponta que eles ensaiam com certa frequência, geralmente nos finais de semana, para que todos possam participar, articulando, desse modo, o grupo com todos, crianças, adolescente, jovens e adultos. Iniciam no começo da tarde, se estendendo ao longo da noite, sendo levado a sério, o que aponta como um dos aspectos que coloca em risco a manutenção do grupo da Congada, além da falta de apoio das autoridades e empresas locais com patrocínio para confecção e manutenção das roupas específicas para apresentação anual da Congada.

Analisando o relato do Entrevistado A, percebe-se o envolvimento com a Congada e toda a importância desta na construção de identidade quilombola, quando comenta com certo orgulho que foi trazido da África. Segundo ele, há relatos e textos comprovando que vieram de fora, da linguagem africanas.

Quanto à participação das mulheres na Congada da Lapa, a pensar de que a rainha da Ginga nunca apareça no auto, outros integrantes femininos são dispostos no auto, mas a maioria das meninas que fazem parte da celebração da Família Ferreira são ligadas a papéis masculinos. Isto se dá pelo fato de que há apenas um único papel feminino dentro do auto. Como há muitas meninas que querem participar, acabam assumindo papéis masculinos, como relata o Entrevistado A:

[...] é a mulher, vocês sabem que só tem uma né. Só a rainha, não é que é agora, se olhar o quadro ali num é que a mulher mesmo que participava era uma. Quando chegou numa época, nós começamos a ver a meninada que se interessava muito, começaram dançar fora lá, “netarada” sabe?! É parentesco e nós resolvemos de montar uma congada de mulher. Aí estamos, começamos a colocar a meninada no meio da piazada. Hoje as meninas dançam melhor que os piás (meninos) [...] (ENTREVISTADO A, 2020).

Ressalta-se que a Congada da Família Ferreira é uma manifestação cultural familiar. Os integrantes participam do auto, logo é uma ação natural tentarem englobar netos, sobrinhos, cunhados, entre outros, mas não significa que seja exclusiva de membros da família, sendo aberto para todos que queiram participar:

É isso, a maior parte é da família, nós falamos de fora, sim, sabe? Mas são conhecidos isso. É um grupo na verdade, né? Mas nós falamos de fora. Mas é que os pais já participavam, sabe? Os pais deles já participavam, os avós, né? E eles também gostavam e vieram vindo, sabia? E, hoje, eles participam também então. Isso é que falamos de fora... é aquele dizer que não é do mesmo sobrenome, mas eles são de dentro... são como se fosse da família também, né? Porque eu já disse sem discriminação nenhuma que dentro do grupo são todos iguais (ENTREVISTADO A, 2020).

Destaca-se neste ponto que há um interesse passado de geração a geração, quando ele conta “os pais deles já participavam, os avós, né? E eles também gostavam” há uma demonstração de pertencimento, de desejo de fazer parte do grupo. Comentários como este reforçam a ideia de uma mudança de olhar para a sociedade como uma tentativa de valorização e incorporação de seus elementos também na cultura local.

Tais dados remetem a uma identidade construída que, inclusive, começa com a denominação, não “apenas mais uma congada”, mas a Congada da Família Ferreira. Sem dúvida há pertencimento que segundo o Entrevistado A pode se perder ao longo do tempo, porque não conseguem visualizar um futuro para o grupo devido às dificuldades de participação dos integrantes e pela falta de patrocínios.

Entretanto, para o Entrevistado D, há outras questões internas:

[...] uma liderança dentro do grupo [...] que ele não divide a sua liderança nem com os próprios filhos, né? Tudo recai sobre eles: ensaio, a mobilização... Então é... eu acho que na cabeça deles o reconhecimento é pelo IPHAN ou pelo governo do estado e tal que vai tirar essa autonomia deles... Como se houvesse reconhecimento do IPHAN, por exemplo, sei lá! Fosse opinar alguma coisa sobre o que é congada, como funciona, algo do tipo... (ENTREVISTADO D, 25/10/2019).

Ainda, segundo o Entrevistado D, existe possibilidade de tombamento da Congada como patrimônio imaterial, mas há reservas por parte da Família Ferreira, como comenta:

A gente esclareceu isso muitas vezes, como que é feito o processo de registro de patrimônio imaterial [...] o contato com um grupo. Nossa proximidade foi um período curto de trabalho... Acho que 4 meses se eu não me engano... era mais para eles tomarem contato com a ferramenta dos inventários participativos, para deixar o espaço da casa Lacerda<sup>14</sup> aberto [...] (ENTREVISTADO D, 25/11/2019).

---

<sup>14</sup> Conhecida popularmente como “Casa dos Lacerdas”, é o primeiro imóvel particular doado à Fundação Pró-Memória. Em 1982 foi restaurada pela SPHAN/Pró-Memória. Atualmente, o imóvel abriga um museu de época, demonstrativo do *modus vivendi* de uma família representativa da elite campeira paranaense. Disponível em: [www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=123](http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=123).

Nota-se neste depoimento que há certa preocupação por parte da Família Ferreira em abrir espaço para outros e, assim, a Congada perder suas origens e a continuidade, o que se evidencia no comentário a seguir:

[...] eles reclamaram muito também de não ter lugar para ensaio. O que a gente fala “Olha! Jardim da casa... ele está aberto para vocês. Local para a reunião também está à disposição”. Eles nunca usaram, né? É porque eles não moram ali próximos e tem criança. Então, a prefeitura acaba tendo que dar o apoio de transporte para trazer esse pessoal para ensaiar, né? Então, assim, não é muito simples. Claro que eu acho que aí teria que ter um esforço de articulação, mobilização do grupo em um trabalho de grupo forte e que talvez [...] tenha que ir passar o bastão adiante, mas isso é, assim, opinião minha. Parte do trabalho com o grupo, esse caminho do grupo, eles que têm que encontrar mais pra frente (ENTREVISTADO D, 25/11/2019).

Além da necessidade de buscar e aceitar apoio para manutenção da “Congada Ferreira”, o depoente salienta as dificuldades de profissionalização do grupo da referida Congada e o reconhecimento do significado desta:

[...] cada vez mais nessa área cultural acaba que o grupo tem que ter um nível de profissionalização e de domínio dos seus fazeres e não só [...], mas de uma parte de divulgação. Enfim, tem muitas coisas que envolvem a produção cultural e era isso que a gente tentava, de maneira incipiente, informar. Que o primeiro passo é dominar sua própria história. Assim, você tem que ter isso na sua mão; também todo mundo ali do grupo é assim... não pode ser só “ah! eu faço o papel de tal personagem dentro do auto”, né? Não é saber só o seu papel e a sua fala, mas o que essa congada representa para você, para sua família, o que ela representa para a cidade. Começar a fazer eles pensarem sobre essas questões, [...] o jeito que eles se organizaram também, né? Eu só fico pensando: Você quer esse reconhecimento?! É importante fomentar ajuda, mas essa forma ‘Ah! Vamos fazer um edital e tal’... tem lá seus passos, tem uma documentação, tem que ter constituído pessoa jurídica. Eu tenho que ler. Não é difícil também. Acho que para os detentores, de repente, tem que se encaixar nesse nível de profissionalização para conseguir um auxílio, entendeu?! (ENTREVISTADO D, 2020).

Neste depoimento destacam-se os pontos essenciais para o reconhecimento de um bem cultural como integrante do Patrimônio Cultural:

- 1º Dominar sua própria história;
- 2º Saber o que o bem cultural, no caso a Congada Ferreira, representa para os integrantes do grupo;
- 3º Reconhecer o que esse bem cultural representa para a sociedade local;
- 4º Constituir-se como pessoa jurídica;
- 5º Abrir um edital (órgão público) para angariar fundos para investimentos e divulgação.

Assim, nota-se a complexidade da discussão para que haja entendimento entre a Família Ferreira e os responsáveis pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Paraná (SPHAN), com escritório na cidade da Lapa, pois, a Congada é um bem material e imaterial do Patrimônio Cultural lapeano e não apenas uma dança que acontece em um dia específico. É uma manifestação cultural não apenas de uma família, mas da cultura paranaense como um todo.

O problema passa por estas questões. O despertar de consciência é um caminho difícil que precisa ser traçado e quanto mais tempo demorar, mais perigo se corre de perder o bem cultural ao longo do caminho. A memória é feita desta maneira, mas é necessário que ela signifique para um grupo ainda maior para permanecer viva e que este grupo a entenda como um bem cultural, querendo proteger, preservar.

Percebe-se que políticas públicas de preservação sozinhas não constituem o registro, a preservação. É preciso que os envolvidos entendam que:

- São bens culturais e que podem ser mais preservados e valorizados;
- É necessário que haja um mínimo de profissionalismo dos envolvidos para sobrevivência de um bem cultural.

Contudo, o próprio grupo da Congada Ferreira teme dar abertura aos órgãos competentes de sua história, memória, cujo bem cultural material e imaterial se manifesta na dança. Defendem a posição de que o grupo está articulado e sempre pensou em caminhar com as próprias pernas, que é preciso manter-se em pé sem precisar depender de muita ajuda de órgãos públicos, porque isso contribui para a autonomia do grupo, como exposto pelo Entrevistado A.

Tô aqui lutando por uma coisa que é a nossa [...] a hora que vocês conseguirem caminhar com as pernas de vocês mesmo sem depender de um de um copo d'água deles lá, vocês podem dizer que vocês estão bem. Enquanto vocês estiverem dependendo deles lá, a congada vai tá ameaçada de parar de uma hora pra outra. Não tem como fazer essa parceria. Desculpa eu dizer para você. Não tem como fazer essa parceria... Porque se nós fizer essa parceria, com o IPHAN, aí que a prefeitura e o Poder Executivo irá se aproveitar mais ainda. Aí que diriam, "agora a coisa é diferente: ou eles fazem como nós queremos ou não". Mas a rapaziada que vem aí, num sei se vão levar adiante (ENTREVISTADO A, 2019).

Este depoimento evidencia a identificação do grupo participante da congada com esta manifestação cultural já pertencente ao Patrimônio Imaterial Lapeano. Nota-se também que há o interesse pela permanência, mas falta diálogo e informação para o processo de preservação da Congada. O medo de perda de identidade faz com que a congada da Família Ferreira ainda fique nas mãos de um grupo pequeno de pessoas

que, infelizmente, duvidam das possibilidades de preservação e da permanência do grupo ativo.

Outro ponto importante relacionado à Congada é a valorização das culturas negras. A participação do negro na constituição da sociedade brasileira. O que se evidencia no depoimento apresentado a seguir.

Então... tem que trabalhar em cima, né? É o que eu falei... Não deixando as outras do lado, mas né? Contemplando também, é tentando ver a realidade. Muita coisa na verdade tá esquecida, vai ficando pra trás, né? Como lançar mão... mas a história do negro que se não começar hoje... Hoje já, né? Se manifesta um pouco mais e mais. Mas a história do negro se não começar a comentar e divulgar... Hoje já existe documentários mais avançado um pouco e aí ia ficar esquecido. Não a história, porque o negro não ia ter história, mas, desculpa eu dizer pra você, o que é lembrar do negro? Negro foi escravo [...], mas eles têm que ver que não foi só o negro que foi escravo, mas quando fala em escravo ainda cita o negro, por quê? Porque o negro fazia um trabalho pesado? É isso? Escravidão é não receber pelo trabalho, escravidão [...] que hoje ainda existe isso sim, né? Aí o que que aconteceu com o negro, quando o negro viu que ele estava numa condições mais ou menos ele se mandou, foi libertado, foi embora. Quem que veio no lugar dos negros? Os italianos que sofreram, que sofreram porque tinha uma pele que não era resistente ao sol, não sabiam nem capinar, na verdade... Num sabiam nem é falar, mas não sabiam nada sobre a lavoura, né? Então, por que o negro? (ENTREVISTADO A, 2020).

Nota-se neste depoimento que há por parte dos descendentes de quilombolas o reconhecimento da presença do negro na história e na sociedade lapaense atual. Apesar da ênfase dada à Revolução Federalista e o episódio do Cerco da Lapa como uma história oficial como um veículo comercial, não há problema contanto que englobe outros agentes formadores culturais, como por exemplo dos indígenas e negros.

Acredita-se que a adoção do episódio do Cerco da Lapa tenha sido fundamentado para justificar uma sociedade que estava começando a preservar seu centro histórico com tombamentos arquitetônicos. Entretanto, é preciso lembrar que vários outros elementos podem formar uma sociedade e é preciso tentar encontrar uma “balança” que passe a perceber e representar todas as comunidades formadoras da sociedade.

O fato de alguns moradores não reconhecerem como elemento mais importante da região a Revolução não significa que ela não teve importância. Assim como, o fato de querer incorporar outros elementos na cultura local não irá deslegitimar ou acabar com esta representação. É tentar ampliar os pontos de vista da formação de uma sociedade mais igualitária e participativa.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo reunir referenciais bibliográficos que discutam identidade, patrimônio, cultura, representação, participação e Educação Patrimonial, tendo como objeto de estudo a Congada e mais especificamente a Congada da Família Ferreira, da região da Lapa-PR. Para isso, fundamentou-se em autores essenciais para a questão da identidade cultural e de cultura, como Stuart Hall, Fonseca, entre outros. O trabalho também tratou de comentar como se dá a valorização de uma salvaguarda e até em que âmbito o IPHAN pode e deve atuar. Além disso discutiu-se as atuações da ONU na mudança de paradigmas para a preservação de patrimônios imateriais, como uma construção de perspectivas para o trabalho.

Na segunda parte do trabalho deu-se ênfase para a Congada e a formação do Paraná, relacionando seus elementos formadores e essenciais para o entendimento desta celebração e como ela se relaciona tanto para as comunidades da região quanto com os participantes dela. Com objetivo inicial de tentar construir uma valorização local desta representação cultural, este acabou mudando de rumos por inúmeras vezes, ao passar pelas entrevistas e os caminhos percorridos das pesquisas, porque a visão do macro, olhando de fora do movimento, nos dava um outro pensamento, o da necessidade cultural de valorização, mas quando conversamos com os reais envolvidos direta e indiretamente, encontramos outros pontos de vista, como por exemplo o fato de ela ser de interesse principalmente econômico e não somente cultural, bem como o do envolvimento com o IPHAN e suas inúmeras ações oficiais para tentar construir uma valorização cultural na cidade, tanto para a cultura negra quanto para outras minorias que pareciam não estar sendo englobadas.

Como em todo trabalho acadêmico, as mudanças de olhares e de objetivos ao longo da pesquisa contribuem para que nossa visão assuma nova direção. Agora, com nova perspectiva e o objetivo principal teve-se a configuração em mostrar um outro olhar sobre a Congada, como grupo étnico negro, formador da região, que poderia colaborar para a construção de uma união cultural negra na localidade.

Além disso, mostrar que é também um grupo que deseja se fixar economicamente, até se profissionalizar, mas que acaba encontrando inúmeros desafios ao longo do tempo, contando com apoio político em alguns momentos e com o IPHAN em inúmeros destes, mas que tenta encontrar um rumo para poder caminhar

com as próprias pernas. Todavia, o objeto de estudo era de um grupo, uma tradição que está dentro da família Ferreira há gerações e que, como qualquer outra tradição, teme perdê-la. E neste temor de não querer perder que se forma uma “bolha” de proteção para que se tente evitar todo apoio governamental, regional ou cultural, com receio que se modifique o que a família tentará deixar sacralizado.

Também se percebe o trabalho do IPHAN desenvolvido na região e com ele a preocupação cada vez maior em englobar as minorias que parecem não ser representadas; como eles pensam em trabalhar a partir de oficinas que envolvam mais todas as comunidades culturais formadoras da região e que tentam ampliar a concepção de cultura, valorização e respeito para as etnias. O IPHAN também tem um olhar atento às diversas outras questões como a religiosa no local, reconhecendo elementos essenciais para a valorização também das práticas religiosas mais diversas.

Ao longo de todo o trabalho desenvolvido, por meio das entrevistas com as diversas pessoas, com seus diferentes níveis de formação e funções sociais, percebemos em todos uma preocupação e valorização da Congada como elemento essencial para um determinado setor da sociedade. A Congada é um importante objeto de estudo, um bem cultural material e imaterial do patrimônio que foi herdado pela família Ferreira para a sociedade lapeana, fruto de uma relação harmoniosa entre a Igreja Católica e religiões africanas.

Ao mesmo tempo que a Congada Ferreira é vista de formas diferentes também corre um risco de desaparecer, e não é por falta de valorização. Ela corre o risco de não permanecer viva em uma sociedade que acaba englobando e pontuando suas influências, escolhendo suas matrizes e moldando seus interesses.

Outros grupos já estiveram no mesmo patamar, com pouca influência, esquecidos e marginalizados, entretanto, através de um trabalho consciente a longo prazo, eles conseguiram se manter, como é o caso da capoeira que contou com lideranças regionais, mas ao passar dos anos sentiu a necessidade de se unir em prol de um bem maior. Desta união precisava repartir lideranças para poder conquistar mais territórios, mais investimentos, mais incentivos e poder tocar um público muito maior.

A capoeira deixa de ser uma má lembrança que desagradava moralmente parte da comunidade negra para se transformar em um símbolo nacional (OLIVEIRA; LEAL, 2009). Na capoeira, sua trajetória permeou diversos fins nas mãos de quem queria

usar e abusar de sua significação. Contudo, através da interação da capoeira com intelectuais brasileiros e estrangeiros gerou-se resultados positivos para a divulgação pública dos saberes, como para pontuar a mesma como um elemento rito religioso, cultural e artístico.

Assim, as Congadas podem também se solidificar como fez a capoeira, de forma que consiga mais visibilidade tanto cultural quanto financeira, percorrendo mais cidades e que mais pessoas possam estar envolvidas na mesma e, assim, a população, tanto paranaense quanto brasileira, possa ter contato com mais um elemento cultural africano.

As Congadas, entre essas a da Lapa, têm lutado contra o abandono e ao mesmo tempo tentado se fixar como grupo cultural comercial, pois, além de ser uma manifestação cultural religiosa, também é realizada com fins lucrativos e os participantes envolvidos necessitam de um retorno financeiro, devido ao custo alto para confecção de roupas, instrumentos e transporte, podendo assim contratar o grupo para as apresentações. Ao mesmo tempo, quem assiste, o contratante não entende muitas vezes esta questão cultural e acaba desprezando seus valores, negando a pagar, ou não compreende o motivo do valor requerido. Há uma falta de diálogo, conscientização e até mesmo valorização.

No caso das lideranças da Congada da Família Ferreira, percebemos um sentimento de desvalorização, seja dos órgãos públicos, da Igreja Católica e muitas vezes até da população que a apoia em sua maior parte do tempo. Entretanto, quando perguntado para os órgãos de proteção, a análise é outra. Há uma falta de preocupação dos membros da Congada para que aconteça uma abertura maior do grupo e para que as lideranças sejam compartilhadas.

Obviamente é uma situação delicada e que precisa de diálogo, conscientização e consentimento, até mesmo pelo fato de que a Congada da Família Ferreira faz parte da história local, sendo elemento formador da sociedade local, pois, ela também é importante para contar a história da cidade da Lapa, uma vez que a cidade fez 250 anos e a Congada Ferreira tem 200 anos de existência.

Devemos lembrar que esta manifestação cultural é um bem patrimonial e, como tal, pertence a um grupo específico – comunidade remanescente quilombola, cabendo a este grupo decidir o que farão e para dar a importância para a congada. Se irão transformá-la em uma luta política, uma militância para a questão afro, tanto em nível local quanto nacional. Eles podem levar a congada para um patamar que hoje

talvez se encontre a capoeira, mas para isso é preciso organização, articulação com os vários órgãos de proteção e esfera pública para ocorrer preservação, valorização.

Esta luta precisa iniciar com o grupo, que eles se organizem e abram possibilidades para este processo.

As produções acadêmicas e o diálogo com os intelectuais devem continuar – como o exemplo da capoeira, eles ajudam na divulgação e na luta por melhores condições para os envolvidos, dando voz para quem está silenciado.

Como a cultura é passível de mudanças ao longo do tempo, é extremamente difícil mantê-la intacta ao longo dos anos, por isso, por mais que os detentores da Congada tentem, as próximas gerações que virão estarão passivas de mudanças, como produto de seu tempo. Se tratando da questão de patrimônio local de uma região, é um assunto complexo, assim como quando envolve um bem cultural significativo para uma família que pretende protegê-lo e passá-lo para futuras gerações. Neste sentido, a contribuição da Congada da Família Ferreira para a cidade é tão importante quanto outros elementos formadores da identidade local/ regional.

Entre outros objetos de pesquisa, destacamos a Congada como um bem material e imaterial do Patrimônio Cultural da Lapa, mas são inúmeras as possibilidades de pesquisa envolvendo a comunidade remanescente quilombola, as impressões de moradores negros dos arredores da região e como é vista a presença negra, não apenas na Lapa, mas em todo o Paraná.

Pensando assim, como produto em potencial que ainda será desenvolvido, proponho construir um mapa com roteiro alternativo para a visita dentro da cidade da Lapa, contemplando um novo olhar, que agora perceba-se uma maior presença da cultura negra local, seja pelas comunidades remanescentes quilombolas, seja pela congada e suas tradições. Este material estará presente em um ebook, que contará sobre a história da Congada da Família Ferreira e poderá servir de base tanto para visita na cidade, como material didático ou produção para o Ensino de História, com o intuito de contribuir para um novo olhar sobre a questão cultural em nosso Estado e com a percepção que os paranaenses têm de seu estado com suas bases formadoras. Para tanto, pretendo disponibilizar este material em ebook em um blog que construo com professor colega sobre materiais didáticos e paradidáticos referente às culturas afro.



## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

ALEGRO, Regina Cecilia. Temas e questões para o ensino de história do Paraná. *In: MOLINA, Ana Heloísa; CUNHA, Maria de Fátima da; SILVA, Lúcia Helena Oliveira (Orgs.). Escravos e Libertos no Paraná*. Londrina: Eduel, 2013.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BUENO, Luciana Estevam Barone; VASCONCELLOS, Sônia Tramujas. Paranismo – um resgate histórico das artes visuais no Paraná. *In: PARANÁ. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense*. Produção Didático-Pedagógica, v. 2. Curitiba: Secretaria do Estado de Educação do Paraná, 2009.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 11, n. 23, p. 163-175, jan./jun. 2005.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holistas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CEDEFES. **Quilombos de Minas Gerais no século XXI**. Belo Horizonte: CEDEFES 2008.

CERRI, Luís Fernando. Cidade e identidade, região e ensino de história. *In: MOLINA, Ana Heloísa; CUNHA, Maria de Fátima da; SILVA, Lúcia Helena Oliveira (Orgs.). Escravos e Libertos no Paraná*. Londrina: Eduel, 2013.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP; Estação Liberdade, 1996.

FERNANDES, José Loureiro. **Congadas Paranaenses**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

FLIZICOSK, Sandra Mara. **A comunidade afrodescendente quilombola do Feixo no município da Lapa-PR, e a inclusão oficial da lei 10.639/2003 nos currículos escolares**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de património cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e património**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A guerra de 1893**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo A. Heterogeneidade e conflito na interpretação do Quilombo de Palmares. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 1, p.11-38, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Aline Vieira. **Palmares, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. (Coleção Descobrimdo o Brasil).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1997.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITIES – ICOMOS. Declaração de Québec. *In*: **Assembleia Geral do ICOMOS**, 16, 2008, Québec. Québec: ICOMOS, 2008.

JÚNIO, Jackson Gomes; SILVA, Geraldo Luiz da; COSTA, Paulo Afonso Bracarense (Orgs.). **O Paraná Negro**. Fotografia e pesquisa histórica: Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

JONES, Siân. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. *In*: FUNARI, Pedro Paulo A.; ORSER, Charles; SCHIANETTO, Solange Nunes de Oliveira (Org.). **Identidades, discurso e poder**: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: FAPESP & Anna Blume, 2005.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

LISBOA, Magno Da Nóbrega *et al.* As congadas e as coroações dos reis congos: festividades religiosas de matrizes culturais afro-brasileiras. *In*: V FIPED, Campina Grande, 2013. **Anais...** Campina Grande: Realize Editora, 2013.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Colonial**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1975.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Memória e cultura material**: documentos pessoais no espaço público. Reflexões que surgiram como comentários às exposições de Maria Helena M. M. Garcia e Contardo Calligaris, na sessão reservada ao tema “Documentos pessoais no espaço público” no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro/São Paulo: CPDOC; FGV-IEB/USP, 1997.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 2005. **Anais...** v. 1, 2005.

MOURA, Clóvis. **Histórias de Quilombolas**: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Ática, 1987.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná**: Ocupação do Território, Populações e Migrações. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios).

NASCIMETNO, Cláudia Bibas do. **Múltiplos olhares sobre a presença negra na Lapa-Paraná**: histórias e arqueologia (séculos XIX e XX). Porto Alegre: PUC-RS, 2009.

NASCIMENTO, Cláudia Bibas do. Presença negra na Lapa-Paraná: reconstruindo um passado através da cultura material. *In*: 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. **Anais...** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khouny. **Proj. História**, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Os 120 anos da guerra civil de 1893. **Historiae**, Rio Grande, v. 4, n. 2, p. 137-147, 2013.

OSORIO, Silva Lúcia. **Lei da Terra**: um estudo sobre a história da propriedade da terra no Brasil. 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.

PARANÁ. **Currículo da Rede Estadual Paranaense**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2018.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2018.

PAULA, Fernanda M. de C. **Comunidade Remanescente do Feixo e da Restinga dos afro-descendentes da Lapa**. Curitiba: Edição do Autor, 2007.

PERÉZ, Mercedes Solá; OLIVEIRA, Deuseles de; SCHELLMANN, Karin. Povos e comunidades tradicionais no Paraná: sua emergência contra a expansão capitalista.

*In*: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Territórios Paranaenses**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 3, 1989.

REZNIK, Luís. Qual o lugar da História Local? *In*: GONÇALVES, Marcia de Almeida; FIGUEIREDO, Haydée. **Projeto “História de São Gonçalo: memória e identidade”**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

ROCHA, José Francisco da. **O Paraná no Centenário (1500-1900)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio; Curitiba: SECE/PR, 1980. p.142.

ROSSI, Claudia M. S. Projeto de Educação Patrimonial: Retrospectivas e Possibilidades. *In*: SOARES, A. L. R. *et al.* (Org.). **Educação Patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003. p.109-114.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; FERNANDES, Priscila Martins. Etnias do Paraná. *In*: MOLINA, Ana Heloísa; CUNHA, Maria de Fátima da; SILVA, Lúcia Helena Oliveira (Orgs.). **Escravos e Libertos no Paraná**. Londrina: Eduel, 2013.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**. História da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SOPCHAKI, Carlos Henrique; LANGARO, Juliano Sartori; QUADROS, Margarida Cristina de. Transformações socioambientais e a construção da identidade no Paraná. *In*: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Territórios Paranaenses**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WEHLING, Arno. Estado, história, memória: a construção da identidade nacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, a. 161, n. 406, p. 253-258, jan./mar. 2000.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Pequena História do Paraná**. Curitiba: Melhoramentos, 1968.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Lapa, um pouso uma legenda**. Curitiba: Editora da Secretaria de Estado da Cultura, 1977.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, Curitiba, p. 27-29, 1997.